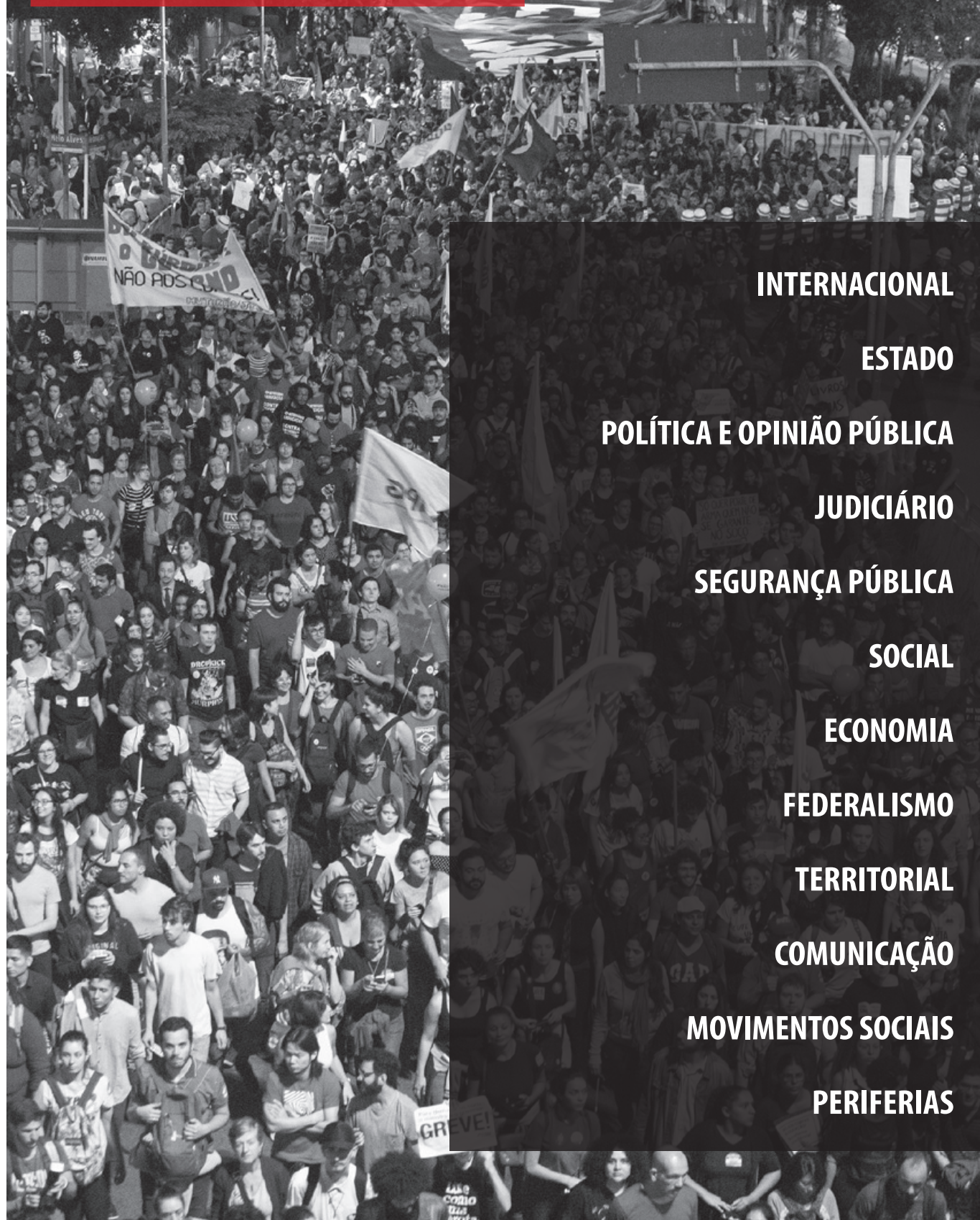


# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 04 - Nº 36 - MAIO 2019

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



**INTERNACIONAL**

**ESTADO**

**POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA**

**JUDICIÁRIO**

**SEGURANÇA PÚBLICA**

**SOCIAL**

**ECONOMIA**

**FEDERALISMO**

**TERRITORIAL**

**COMUNICAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS**

**PERIFERIAS**





# APRESENTAÇÃO

O *Boletim de Análise da Conjuntura* de maio é publicado em um mês marcado por duas grandes manifestações em defesa da educação realizadas em todo o país, que evidenciam o aumento da insatisfação popular com o governo, e uma terceira, promovida por bolsonaristas, muito menor, que colocou ainda mais lenha na fogueira da crise institucional. O tensionamento institucional tem atrasado a tramitação e dificultado o apoio a propostas caras ao Bolsonaro e seus apoiadores, como é o caso da reforma previdenciária.

A editoria **Internacional** traz um informe analítico sobre as eleições espanhola, indiana, australiana e do Parlamento Europeu. Em **Estado**, são abordadas as diversas tensões institucionais entre os três poderes, que revelam um padrão problemático de relação do Executivo com o Legislativo e o Judiciário e explicitam um modelo de governança caracterizado pela instabilidade e pela polarização. Essa fragilidade se evidenciou recentemente, em função das alterações impostas pela Câmara dos Deputados à reforma administrativa do Estado e aos questionamentos sobre o decreto de porte de armas.

**Política e Opinião Pública** trata da crise do governo Bolsonaro, cujo ápice foi a veiculação de um texto em que se afirma que o Brasil é “ingovernável”, e da convocação de protestos em defesa do governo e contra o Congresso e a “classe política”.

Em **Judiciário**, o fato de que o ministro Sérgio Moro perdeu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e pode perder a “lei anticrime” demonstra que o projeto do “superministério” da Lava Jato escorre pelos dedos do ex-juiz, e o recado do Congresso é explícito.

O decreto que libera posse e porte de armas para mais de dezenove categorias assinado pelo presidente Bolsonaro em maio é o tema de **Segurança Pública**. Quinze dias depois, ele recuou em alguns pontos e assinou outro decreto. A perspectiva, no entanto, não mudou: mais mortes e violência no país.

Um panorama dos últimos dados sobre a situação do mercado de trabalho, que ainda mostra perspectivas ruins para a classe trabalhadora e significativamente piores do que antes da crise econômica, é apresentado em **Social**. Mostra-se ainda, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Contínua (PNADC) de 2012 a 2017, que foram prejudicadas em especial as mulheres negras no Brasil.

Em **Economia**, passados os primeiros cinco meses de governo Bolsonaro, a situação brasileira está cada vez mais próxima de um novo mergulho recessivo. As expectativas do dito mercado derretem semana após semana e já se especula sobre o comprometimento do crescimento econômico de 2020.

O Consórcio Nordeste, lançado em reunião de governadores da região em março, é o tema da seção **Federalismo**. O projeto vem se consolidando como uma importante articulação, com vistas ao desenvolvimento sustentável, em contraponto fundamental às políticas neoliberais do governo federal.

A análise da variação do PIB municipal a partir de 2010 é o assunto de **Territorial**. O crescimento da economia se deu principalmente no interior do país, em cidades de pequeno e médio porte, menos urbanizadas e que anteriormente possuíam maior dependência dos grandes polos econômicos tradicionais. Em 2015, com o advento da crise, essas cidades também foram afetadas, mas sua economia reagiu de diferentes formas, fundamentada em setores econômicos específicos.

A **Comunicação** analisa a repercussão do 15M - movimento pela Educação que levou milhões às ruas no dia 15 de maio - Tanto nas redes sociais quanto na imprensa nacional e estrangeira. Na subseção mídia internacional, um retrato do que vem sendo noticiado sobre o Brasil e o governo Bolsonaro mundo afora.

Em **Movimentos Sociais**, são abordadas as recentes mobilizações convocadas pelos estudantes e abraçadas por amplos setores da sociedade que preparam o caminho para a pretendida Greve Geral de 14 de junho. Mas, desde já, a organização desses movimentos mostra a construção de uma unidade até então inédita.

A seção **Periferias** traz uma análise da Segurança Pública, tema muito presente nas eleições aos governos estaduais e presidencial de 2018. A forte demanda social se estabeleceu não somente por uma sensação de insegurança, mas das vivências cotidianas da população no contexto da violência urbana.

# INTERNACIONAL



*Nesta seção um informe analítico sobre as eleições espanhola, indiana, australiana e do Parlamento Europeu.*

## Eleições parlamentares pelo mundo nos últimos 30 dias

### Espanha

Das 350 cadeiras em disputa na eleição parlamentar da Espanha no dia 28 de abril, a soma dos votos de diferentes partidos de esquerda (Psoe, Unidas – Podemos e partidos regionais) foi majoritária, dando-lhes em torno de 180 assentos no parlamento. O grande derrotado foi o Partido Popular (PP) que, com 66 deputados eleitos, perdeu metade dos deputados que tinha (135). Isso devido ao seu envolvimento em corrupção, que lhe rendera desconfiança em 2018, afastando-o da Presidência do governo e dando lugar ao Psoe. Além disso, sua ala de extrema direita criou o partido VOX, que ingressou no Parlamento pela primeira vez com 24 deputados.

O único partido que pode viabilizar um novo governo é o Psoe, pois a soma de todos os deputados dos partidos de direita (PP, Ciudadanos e VOX) não alcança metade mais um dos assentos no Parlamento. O líder do partido, Pedro Sanchez, tentará compor um governo com a maioria de esquerda que foi alcançada, mas para isso necessita no mínimo de 176 deputados (50% + 1). O líder da coalizão da Izquierda Unida com o Podemos (Unidas – Podemos),

Pablo Iglesias, sinalizou a disposição de participar do governo, o que representaria somente 165 deputados. A maior dificuldade estaria em trazer partidos regionais para a coalizão. A preocupação de que o Psoe pudesse compor um governo com o Ciudadanos, que cresceu na eleição de 32 para 57 deputados, foi descartada pela militância socialista e pelo presidente deste último, que declarou que o Ciudadanos será oposição ao governo do Psoe.

Foi o voto dos partidos regionais que possibilitou a maioria parlamentar para afastar o PP do governo no ano passado, mas foi também o voto contrário destes mesmos partidos que obrigou o presidente Pedro Sanchez a antecipar as eleições para este ano, ao votarem contra o orçamento que o Psoe havia apresentado. Considerando ainda que alguns dos atuais onze políticos catalães que estão presos devido ao envolvimento na campanha pela independência da Catalunha foram agora eleitos deputados, o tema da autonomia das regiões deverá esquentar nas negociações, embora Pedro Sanchez tenha dito na campanha eleitoral que “não é não” em relação à realização de um plebiscito sobre a in-

dependência da Catalunha. Outra possibilidade seria um governo de minoria Psoe e Unidas Podemos com o voto favorável de partidos regionais, como Esquerda Republicana Catalana, que elegeu quinze deputados sem que participe do governo.

No entanto, nada será resolvido até sair o resultado das eleições municipais, do Parlamento Europeu e de alguns governos autônomos que ocorreram no dia 26 de maio. Os primeiros resultados apontam para um bom desempenho do Psoe, que obteve 32,8% dos votos para o Parlamento Europeu contra o PP em segundo, com 20,1%. Porém, a direita, com o PP à frente, retornou à prefeitura de Madrid.

## Índia

Nas eleições parlamentares da Índia, cerca de novecentos milhões de pessoas têm direito a voto. A câmara de deputados é composta por 543 parlamentares e o voto é distrital, sendo eleito o deputado com mais votos em cada um deles. Neste ano, o comparecimento do eleitorado foi de 65% ao longo das sete fases, entre 11 de abril e 19 de maio, quando a eleição se desenvolveu.

A oposição ao atual governo do primeiro-ministro Narendra Modi, da coalizão Aliança Nacional Democrática, de direita, dirigida pelo seu Partido Bharatiya Janata (BJP), representada principalmente pelo Partido do Congresso Nacional Indiano (INC), esperava vencer devido ao mau desempenho da economia, com uma taxa de desemprego de quase 8%, a maior em 45 anos, e por ter vencido algumas eleições estaduais importantes no final de 2018. No entanto, terminou como o grande derrotado ao perder cerca de cem cadeiras e cair para 52 deputados eleitos, embora ainda seja o segundo partido do país.

O BJP cresceu na votação em comparação com 2014, quando assumiu o governo, e elegeu 303 deputados, o que até lhe permitiria governar sozinho, coisa que não ocorria na Índia há mais de cinquenta anos. Porém, a Aliança deverá somar em torno de 350 deputados ao incluir cerca de quarenta membros de outros partidos menores.

A explicação para esta vitória de Modi estaria na posição nacionalista e agressiva que assumiu quando pouco antes da eleição mandou bombardear um

acampamento de um grupo paramilitar muçulmano no Paquistão, que teria detonado uma bomba matando dezenas de indianos na Caxemira, território em disputa entre os dois países. Mesmo diante dos problemas econômicos da Índia, a maioria dos eleitores não quis arriscar e promover mudanças de rumo.

Além disso, Modi é um bom comunicador e explorou bem o desgaste da dinastia Gandhi, que dirige o Partido do Congresso há décadas. Na campanha eleitoral, chamava Rahul Gandhi, neto de Indira Gandhi e presidente do INC, de burro e corrupto. Sua campanha também contou com a utilização de “Big Data” para dirigir o conteúdo mais adequado nas mensagens nas redes sociais e disparos de whatsapp, o que foi decisivo, pois cerca de seiscentos milhões de indianos têm acesso à internet. *Fake news* também não faltaram como, por exemplo, a divulgação que a população muçulmana na Índia dobraria em poucos anos, embora isso seja impossível ao representar apenas 16% da população atual. Porém, isso ajudou a acirrar o sentimento nacionalista e religioso.

Portanto, as políticas neoliberais continuarão na Índia, apesar das consequências graves que têm provocado na economia. Além do crescimento da taxa de desemprego, houve retração na produção industrial e queda na renda dos agricultores devido à abertura econômica que Modi promoveu durante os últimos anos. Muito semelhante ao que ocorre no Brasil.

## Austrália

No dia 18 de maio houve eleição para formar um novo governo na Austrália. Ao contrário do que apontavam as pesquisas durante a campanha, o atual primeiro-ministro, Scott Morrison, do Partido Liberal, conseguiu se reeleger obtendo a maioria das cadeiras no Congresso. Em segundo lugar ficou o Partido Trabalhista de Bill Shorten, que era o favorito.

Durante meses, as pesquisas de intenção de voto apontavam para a volta dos trabalhistas ao governo depois de seis anos, mas, nos dias anteriores ao pleito, a margem de diferença entre esses e a coalizão de direita entre os liberais e nacionalistas liderada por Morrison foi se estreitando. O discurso trabalhista tentou desconstruir os liberais, afirmando

que eles governam para as elites e não para toda a população, e apostou em uma agenda progressista. Já Morrison passou a campanha atacando os trabalhistas, categorizando os projetos apresentados pelo adversário como irresponsáveis. No final os australianos votaram por um caminho cauteloso, de manutenção do status quo. Morrison agradeceu sua vitória aos “australianos silenciosos”.

Mesmo tendo sido parabenizado por Donald Trump e Jair Bolsonaro, Morrison não apresentou uma plataforma intolerante com as minorias como os dois primeiros. Na realidade, outras duas questões tiveram papel importante e deverão estar no radar com a manutenção da direita no governo: as políticas sobre mudanças climáticas e o relacionamento da Austrália com a China e os Estados Unidos.

Em relação à primeira, durante a campanha eleitoral, ambos lados foram criticados pelos eleitores. Os trabalhistas aprovaram em 2012 um imposto sobre as emissões de CO<sub>2</sub>, o que não foi bem recebido por parte do eleitorado, enquanto, no outro lado, a coalizão de direita foi criticada por apoiar o uso de carvão para gerar energia. Frente às críticas, Morrison propôs reduzir em até 28% as emissões de gases poluentes até 2030.

As relações com a China deverão continuar estremitadas. A coalizão que se reelegeu se alinha claramente com os Estados Unidos de Trump e seu projeto de política externa. O governo australiano reconheceu, no final do ano passado, Jerusalém como capital de Israel e, em 2017, acatou recomendação americana e proibiu a chinesa Huawei de instalar a tecnologia 5G no país, alegando que isso poderia comprometer a segurança nacional. Apesar disso, a China continua sendo o maior mercado para as exportações australianas o que, eventualmente, pode ser um ponto de enfraquecimento do governo.

### Parlamento Europeu

As eleições para eleger os 751 deputados que compõem o Parlamento Europeu ocorreram entre os dias 23 e 26 de maio e tiveram uma participação

de aproximadamente 51% do eleitorado, cerca de 5% a mais do que em 2014. O Parlamento funciona por meio de blocos partidários e, pela quinta vez seguida, o mais votado foi o EPP (Europa Popular), composto por partidos democratas cristãos e conservadores de centro direita com 179 cadeiras (23,8%). Em segundo lugar, veio novamente o bloco social democrata, com 150 cadeiras (20%). Porém, ambos perderam votos em comparação com cinco anos atrás e terão que compor com outros blocos para definir a futura Comissão Europeia.

Estes poderão ser o bloco liberal que chegou em terceiro lugar com 107 eurodeputados (14,2%) e, de quebra, também incluir o bloco dos verdes, que obteve setenta cadeiras (9,3%). Estes dois grupos ampliaram sua presença em relação à eleição de 2014.

A esquerda representada pelo GUE/NGL (Esquerda mais os verdes nórdicos) elegeu 38 deputados (5,1%). A extrema direita cresceu um pouco ao eleger 58 parlamentares, mas a soma deles e outros eurocéticos ficou em torno de 25% do Parlamento Europeu, insuficiente para obstruir decisões.

Além do debate sobre a composição da Comissão Europeia, que tem dois candidatos prévios, o alemão Manfred Weber do EPP e o holandês social democrata, Frans Timmermans, os partidos também avaliam o impacto do resultado no quadro político interno de cada país. Por exemplo, na França, o partido de extrema direita de Marine Le Pen venceu os liberais de Macron elegendo um deputado a mais, o que aponta para a continuidade da disputa entre eles. Na Dinamarca, o resultado confirmou a preferência do Partido Social Democrata, que deverá ser o mais votado nas eleições marcadas para o início de junho. Na Alemanha, o SPD chegou em terceiro, ultrapassado pelos verdes, e o AfD de extrema direita venceu em três estados onde haverá eleições este ano. Na Inglaterra, os maiores partidos, Conservadore e Trabalhista, foram derrotados pelo Partido do Brexit (extrema direita) e pelos liberais. Na Grécia, o Syriza, que está no governo, perdeu para a direita representada pela Nova Democracia, e o primeiro ministro Alexis Tsipras fala em antecipar as eleições nacionais.





*No último mês o governo Bolsonaro protagonizou diversas tensões institucionais entre os três poderes, revelando um padrão problemático de relação do Executivo com o Legislativo e o Judiciário e explicitando um modelo de governança caracterizado pela instabilidade e pela polarização. Essa fragilidade se evidenciou recentemente, em função das alterações impostas pela Câmara dos Deputados à reforma administrativa do Estado e aos questionamentos sobre o decreto de porte de armas. O tensionamento institucional tem atrasado a tramitação e dificultado o apoio a propostas caras ao governo, como é o caso da reforma previdenciária.*

## Entre o ideologismo olavista e o pragmatismo parlamentar

O bolsonarismo aglutinou em torno de si um condomínio de interesses bastante heterogêneos, e o ponto de convergência entre os diversos grupos se dá no diagnóstico de que os problemas do país concentram-se no Estado, na elite política e na corrupção; já o feixe de divergências se apresenta nos distintos prognósticos de como ultrapassar esses supostos entraves. Ao confundir negociação com negociata, concessão com corrupção e debate público com ofensas privadas, o governo Bolsonaro parece promover, à falta de nome melhor, uma espécie de presidencialismo de polarização.

Do ponto de vista do padrão de governança, nos quatro primeiros meses de governo, quando comparado às presidências de Sarney, FHC e Lula, Bolsonaro está acima da média no número de medidas provisórias enviadas ao Congresso: trata-se de uma medida a cada 7,4 dias. Se considerado o primeiro trimestre, Bolsonaro assinou mais de oitenta decretos, contra 75 de FHC, 68 de Lula e 34 de Dilma.

O quadro se agrava se for considerado o número de projetos estruturais do atual governo, apenas dois, consideravelmente menor do que o de seus

antecessores: a reforma da Previdência e o pacote “anticrime”; o número de substituições nos cargos de alto escalão e a quantidade de recuos anunciados tem feito da instabilidade uma rotina.

O presidencialismo de polarização governa mais por medidas provisórias e decretos do que por emendas constitucionais e projetos de lei. O desrespeito aos ritos institucionais anda de par com o desencanto com a política e, por isso, tem a finalidade de manter acesa a piromania incendiária do bolsonarismo.

O enrosco está no fato de que tal procedimento coloca o Executivo sistematicamente em situações turbulentas: como as MPs têm validade máxima de 120 dias e precisam ser apreciadas pelo Congresso, e os decretos têm validade condicionada à apreciação de constitucionalidade por parte do Supremo Tribunal Federal (STF). Mantidas as coisas como estão, o governo Bolsonaro terá que continuar prestando contas aos demais poderes, ainda que à revelia de parte de seus eleitores, alguns afeitos ao fechamento democrático.

No presidencialismo de polarização do atual go-

verno, como já se disse, bolsonaristas, olavistas, lavajatistas, financistas e militaristas estão coesos em torno de um mesmo diagnóstico sobre a desmoralização da política e a criminalização dos políticos.

No entanto, enquanto a agenda de reformas dos lavajatistas e dos financistas exige emendas constitucionais e projetos de lei, e, portanto, alguma manutenção da ordem institucional, a agenda de mudanças dos bolsonaristas e dos olavistas demanda a luta ideológica travada por MPs e decretos, e, portanto, a permanência da desordem institucional. Alçados à condição de tutores em um primeiro momento, mas também imersos em suas próprias contradições, os militares seguem dardejados por demandas contraditórias oriundas dos dois grupos.

Sem a força que o *Diário Oficial* já representou outrora, resta saber quanto tempo mais a delirante cruzada ideológica vai conter as insatisfações concretas do mercado, da política e da própria sociedade.

No caso do mercado, a aprovação do governo por parte do empresariado contrasta com as repetidas revisões dos analistas de mercado apontando menor expectativa de crescimento do PIB, o que sinaliza uma relação estremecida. No caso da política, a própria base parlamentar do governo e o chamado centrão tem explicitado uma queda de braços que impôs ao menos três derrotas ao Executivo: o deslocamento do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça para o Ministério da Economia, o aviso de que o Congresso não votará nenhuma MP nos próximos dias, a convocação do ministro da Educação para dar explicações no plenário do Congresso sobre os cortes e contingenciamentos na verba da educação, o que indica uma relação tensionada.

No caso da sociedade, a esperança emergiu da primeira paralisação nacional em favor da educação, em 15 de maio. Em todos os estados da federação, alunos, professores e pesquisadores, de instituições de ensino médio e superior, públicas e privadas, estão se mobilizando contra os cortes no orçamento da educação. Isso significa que a crise institucional pode ser agravada pela insatisfação social que começa a tomar conta do país e que pode ser intensificada por novas revelações ou denúncias acerca da relação entre a família Bolsonaro e o submundo

dos ilícitos e das milícias.

Já as manifestações pró-governo do último dia 26 de maio reacenderam as tensões e preocupações no Legislativo e no STF. Um dos principais alvos delas, o chamado centrão, tem comandado as derrotas aplicadas no Congresso Nacional a Jair Bolsonaro (PSL) e, após o ensaio de uma aproximação, indica ter perdido a confiança no presidente da República.

Associado à velha e corrompida forma de fazer política pela ala mais ideologizada do governo, o grupo, que reúne cerca de duzentos dos 513 deputados, tem avaliado agora que, não importa qual acerto faça com Bolsonaro, sempre será tratado como um ajuntamento de malfeitores pelo “bolsonarismo olavista”.

Devido a isso, passam a sustentar o parlamentarismo de ocasião comandando por Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, e Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado, e abriram mão de comandar duas pastas que seriam recriadas apenas para atender o grupo, Cidades e Integração Nacional.

A recriação dos ministérios foi a última tentativa de acerto entre o Centrão e Bolsonaro, mas a negociação ruiu e o grupo a usa como explicação de por que não pode confiar no presidente. Segundo a grande imprensa, após o acerto, veio a público a informação de que Maia indicaria à pasta das Cidades o ex-ministro Alexandre Baldy (PP), hoje secretário do governo de São Paulo, mas o ensaio naufragou.

Desde então, o centrão tem liderado as derrotas aplicadas ao governo, em especial a retirada do Coaf, o órgão de controle de atividades financeiras, das mãos do ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro, hoje ministro da Justiça.

Diante desse cenário, os líderes dos partidos que comandam hoje o Congresso Nacional definiram um pacote de medidas para limitar o raio de ação do presidente da República e tocar por conta própria temas considerados cruciais pelo empresariado e pelo mercado, como as reformas da Previdência e Tributária.

A avaliação dos congressistas é a de que Jair Bolsonaro (PSL) demonstra incapacidade de governar, o que levou ao surgimento de um debate sobre



impeachment com apenas cinco meses de gestão e à reativação das discussões sobre a mudança do sistema de governo do presidencialismo para algo próximo ao parlamentarismo.

Além de colocar um carimbo próprio no projeto de reforma da Previdência elaborado pelo governo, a Câmara deu a largada na discussão sobre mudanças tributárias ao aprovar nesta semana, na Comissão de Constituição e Justiça, um texto do líder do MDB-SP, Baleia Rossi.

A insatisfação dos congressistas encontra lastro e incentivo no mundo empresarial e financeiro. Isso tem estimulado deputados e senadores a assumirem a linha de frente de ações que, em cenários de pacificação política, seriam capitaneadas pelo Planalto.

É corrente o entendimento entre políticos e integrantes da iniciativa privada de que não basta a aprovação da reforma da Previdência para que haja a retomada do crescimento da economia, como faz crer o discurso de Guedes.

A desconfiança do Legislativo começou ainda na transição, quando o presidente montou um ministério sem recorrer ao modelo de negociação com os partidos. Já empossado, Bolsonaro apostou no discurso de mudança na relação com o Congresso, mas adotou uma postura errática. Ora seu governo fez movimentos sem negociar cargos e verbas com congressistas, ora recorreu a esses mecanismos.

O vaivém, aliado ao discurso presidencial de que a atividade política é essencialmente corrupta e responsável pelos problemas do país, jogou mais lenha na fogueira. Nas últimas semanas, acontecimentos acirraram os ânimos: vultosos protestos contra os cortes na educação, o compartilhamento por Bolsonaro de mensagem segundo a qual o país é ingovernável sem os conchavos, os atos de domingo 26 de maio, que têm como bandeiras ataques ao Congresso e ao STF, e o desenrolar de investigações do Ministério Público que podem atingir o clã Bolsonaro.

O parlamentarismo de ocasião já em funcionamento no Congresso tem outros três pontos prioritários: o primeiro é a emenda à Constituição que amplia o volume de recursos federais cujo destino é definido pelos parlamentares, o que retira po-

der do Executivo sobre o Orçamento. A PEC já foi aprovada pela Câmara e pelo Senado, mas, como houve alterações nessa última Casa, voltou para análise dos deputados.

O segundo é a apresentação e votação de um projeto que limita o número de medidas provisórias que podem ser editadas pelo presidente. Com força de lei, as MPs são o principal instrumento que o Executivo tem para legislar. O terceiro é recorrer, sempre que necessário, a decretos legislativos para sustar decretos presidenciais.

Foi o que aconteceu em fevereiro com a canetada que ampliava o número de servidores autorizados a classificar como sigilosos documentos públicos. A Câmara sustou a medida, e Bolsonaro acabou por revogá-la.

O decreto presidencial que afrouxou as regras para porte de arma é o novo alvo do Legislativo, caso não seja derrubado antes pelo Judiciário. A insatisfação de pesos-pesados do Legislativo e de outros poderes com o desempenho de Bolsonaro reacendeu, inclusive, a discussão sobre um novo sistema de governo.

Há, prontas, duas propostas de “semipresidencialismo”, ou “semiparlamentarismo”, para valer a partir de 2022. Uma é capitaneada pelo deputado Domingos Neto (PSD-CE) e a outra pelo senador José Serra (PSDB-SP). Ambas têm o apoio de integrantes do STF, entre eles Gilmar Mendes. Em 2017, Gilmar e o então presidente Michel Temer (MDB) já tratavam do assunto.

Os projetos não devem ser apresentados neste momento, mas estão sendo discutidos pelos partidos em busca de um consenso mínimo. Em linhas gerais, o Congresso seria responsável pela gestão do país e escolheria um primeiro-ministro. O presidente, eleito por voto popular, seria mantido como chefe de Estado, com poderes reduzidos.

O presidencialismo se esgotou e não atende mais às demandas do país. O momento é de turbulência, está instalada a instabilidade constitutiva do presidencialismo de polarização. Resta torcer para que as ruas e as instituições mobilizem a razão e o bom senso, as vozes e as lutas, e sejam capazes de corrigir as distorções e distúrbios provocados pela marcha a ré que atende pelo nome de bolsonarismo.

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*A seção de Política e Opinião Pública deste mês trata da crise do governo Bolsonaro, cujo ápice foi a veiculação de uma carta em que afirma que o Brasil é “ingovernável”, e da convocação de protestos em defesa do governo e contra o Congresso e a “classe política”.*

## Antipolítica continua sendo aposta do governo Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro aposta no discurso antipolítica para insuflar sua base de apoio na sociedade e para pressionar o Congresso Nacional a votar sua agenda econômica e social. Ao atacar o que chama de “velha política” e condenar “velhas práticas”, o presidente repete o mote discursivo da campanha eleitoral “contra tudo que está aí” e aponta inimigos a serem combatidos para justificar o fraco desempenho político e econômico do governo.

Não obstante, o presidente convocou manifestações de rua para “protestarem em favor” de seu governo, de propostas como a reforma da Previdência e o pacote de Sergio Moro - denominado por este como lei anticrime - contra a velha política e a corrupção.

A crise entre olavistas e militares, centrada nas figuras do ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, e do ex-comandante do Exército, general da reserva Eduardo Villas Bôas, se acentuou no início de maio. O governo apostou no

conflito para desviar o foco do fracasso econômico. O vice-presidente Hamilton Mourão, no entanto, reagiu aos ataques de Olavo de Carvalho contra a cúpula militar, e pediu que ele se afaste do governo.

Em ofensiva, ou não, governo determinou um corte de 44% nos recursos destinados ao Ministério da Defesa, que perderá 5,8 bilhões de reais, de um orçamento de treze bilhões de reais. Segundo os generais “nem no governo do PT aconteceu um corte desse tamanho”. Com isso, o Ministério da Defesa passou a ser o segundo ministério que mais sofrerá cortes, atrás apenas do Ministério da Educação, que perderá 7,3 bilhões de reais. Os cortes da educação atingem especialmente as universidades públicas e tendem a comprometer, inclusive, o recebimento de bolsas e cumprimento do ano letivo.

Para explicar os cortes orçamentários na Educação, o centrão se uniu à oposição e convocou o ministro Abraham Weintraub para prestar esclarecimentos

sobre o contingenciamento. Bolsonaro chegou a ligar para o ministro da Educação e afirmar que não haveria cortes, o que o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e da Economia, Paulo Guedes, negaram. O incidente gerou tumulto entre os líderes dos partidos aliados, que chegaram a afirmar que “o governo vai pagar um custo muito alto por isso”.

Desde o conflito com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em março, a crise de governo e de governabilidade vai e volta, e o centrão, bloco parlamentar formado por partidos de centro e centro-direita, como o MDB, PP, PL (antigo PR) e outros, se coloca como o principal ator institucional do Congresso a pressionar o governo e seus articuladores, como o ministro da Casa-Civil Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

À época, o conflito deixou clara a estratégia do Executivo de transferir o ônus do desmonte da Previdência para os deputados, deputadas, senadores e senadoras, em especial ao apontar que o oposto, o fracasso da reforma, seria de responsabilidade do Congresso, em especial de Rodrigo Maia, que à época reagiu.

O centrão, com cerca de 250 votos, pode fazer grande estrago ao governo, que parece pouco disposto a ceder ao diálogo. Os deputados reivindicam mais autonomia do Congresso, reconhecendo a necessidade de tocar as pautas que lhes interessam, estando ou não de acordo com o governo.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), principal articulador desse movimento, afirma que levará à votação na Câmara o necessário “para fazer o país andar”. Medidas encaminhadas pelo Executivo, como o decreto de porte de armas, podem ser barradas pelo Congresso.

O centrão conseguiu acordo com a oposição para não obstrução dos debates da reforma da Previdência, e o ministro Paulo Guedes foi recebido no Congresso para defender a aprovação integral do texto, prevendo uma economia de 1,2 trilhão de reais em dez anos e a privatização da Previdência, por meio do sistema de capitalização, o que a oposição não aceita negociar, bem como a redução do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria rural.

Líderes do governo tratam os ajustes propostos pe-

los parlamentares à proposta como “intromissão do Congresso” e, de certa forma, o governo desqualifica as propostas de ajustes da reforma apresentada pelos parlamentares. O próprio ministro Paulo Guedes ameaça demissão se a proposta de reforma da Previdência for muito desidratada, o que mantém o clima tenso entre Congresso e governo.

Insinuações do líder do governo na Câmara, deputado Vítor Hugo (PSL-GO), de que os parlamentares vendiam seu apoio às medidas do governo, fez com que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), rompesse com Hugo. Disputando forças com o governo, em acordo com líderes do centrão, Maia aprovou a MP 870, que reorganizou o governo em 22 ministérios e impôs a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça, devolvendo-o ao Ministério da Economia, e a retirada da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e a demarcação das Terras Indígenas da Agricultura, colocando-os de volta no Ministério da Justiça.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) analisa movimentações financeiras e denuncia as que são consideradas suspeitas, como, por exemplo, as realizadas por Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, à época que o filho do presidente da República era deputado estadual pelo Rio de Janeiro.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determinou a quebra de sigilos bancário e fiscal do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e de seu ex-assessor Fabrício Queiroz. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou movimentação de mais de 650 milhões de reais por Fabrício Queiroz, oriundos de depósitos de servidores da Alerj, típicas de uma operação conhecida como “rachadinha”.

Tais investigações seguem mostrando a influência do ex-assessor para nomear pessoas que nunca sequer pisaram no gabinete de Flávio ou até de Jair Bolsonaro quando este era deputado federal, incluindo aquelas vinculadas a milícias cariocas.

O inquérito apurou também a contratação de Adriano Magalhães da Nóbrega, um dos chefes do Escritório do Crime, organização miliciana do Rio de Janeiro, envolvida no assassinato de Marielle



Franco, pelo gabinete de Flávio. O senador pede a anulação da investigação e acusa o MP de vaziar informações sigilosas, com o objetivo de atingir o governo de Jair Bolsonaro, que se elegeu com forte discurso contra a corrupção e a “velha política”.

Somado a isso, o governo perde popularidade e, já aos cinco meses, sua avaliação negativa supera a positiva. A principal razão para essa inversão se deve a medidas antipopulares, sobretudo aos cortes na área da educação. No dia 15 de maio, a maioria das universidades e institutos federais, entidades estudantis (União Nacional dos Estudantes), Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), além de professores, estudantes e funcionários de diversas escolas públicas e privadas, foram às ruas para exigir que o governo recue dos cortes. Em todo o país, mais de dois milhões de pessoas protestaram contra os cortes na educação e mostraram sua insatisfação.

No dia 18 de maio, o presidente Jair Bolsonaro divulgou uma carta que foi comparada à fatídica carta renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, que, em 1961, renunciou numa tentativa de autogolpe afirmando que “forças terríveis” levantavam-se contra ele. Num jânismo pitoresco do século 21, o conteúdo da carta veiculada por Bolsonaro apontava um Brasil “ingovernável” fora dos conchavos, onde o presidente não teria poder algum frente às “corporações” e que era impossível atender à vontade dos eleitores por causa de interesses escusos. E que nesta toada o país daria “adeus Moro, Mansueto e Guedes”, referindo-se ao ministro da Justiça, ao secretário do Tesouro Nacional e ao ministro da Economia.

A veiculação da carta foi feita em uma semana na qual o governo lidava com a ameaça do Congresso de não votar medidas provisórias próximas de

vencer, como a 870/19. Não obstante, o Congresso ameaçava alterar trechos da MP, como o que transferia o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do então Ministério da Fazenda para o então recém criado Ministério da Justiça e da Segurança Pública, comandado por Sérgio Moro.

Para além do Congresso, o governo passava também por conflitos internos cada vez mais acirrados. Não obstante, houve uma verdadeira campanha do filho do presidente, Carlos Bolsonaro, contra o vice-presidente general Hamilton Mourão. Em meio a tantos conflitos, Bolsonaro veiculou a carta e logo após divulgou em suas redes sociais convocatórias para uma “Marcha à Brasília”, com a palavra de ordem “Basta!” e com o mote “estamos cansados de ver os corruptos querendo sabotar o governo e destruir o Brasil”.

As manifestações pró-Bolsonaro se mostraram menos vigorosas do que as realizadas contra ele no dia 15. Apesar de não envolverem o número de pessoas esperado, serviu para garantir o capital político de Jair Bolsonaro relativamente robusto, ainda que venha caindo, como indicam as pesquisas de opinião.

No entanto, a manifestação pró-Bolsonaro não atingiu, ao menos neste momento, o efeito esperado. Por não demonstrar força suficiente para pressionar o Congresso pelas ruas, a convocação e o próprio teor das manifestações, repletas de provocações, podem dificultar ainda mais as relações com o Congresso. A presença do major Olímpio, líder do governo no Senado, na manifestação da Avenida Paulista, em São Paulo, com críticas abertas ao Congresso, pode levar essa relação a azedar de vez. Bolsonaro segue, portanto, dividindo o país. O novo protesto contra os cortes na educação promovidos pelo governo, convocado para dia 30, pode aprofundar essa cisão.

# JUDICIÁRIO



*Sérgio Moro perdeu o Coaf e pode perder a “lei anticrime”. O projeto do superministério da Lava Jato escorre pelos dedos do ex-juiz, e o recado do Congresso é extremamente claro.*

## Partido da Lava Jato sofre dura derrota

O partido da Lava Jato sofreu mais uma dura derrota nesse mês. Ao votar a MP 870, que reestruturava o governo, diminuindo ministérios e criando novas estruturas de poder mais concentradas, o Congresso Nacional alterou a previsão que determinava que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) fosse deslocado para o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A ida de Moro para o ministério tinha como elemento central a estruturação de um verdadeiro aparelho da Lava Jato no coração do poder. Não por acaso quase todo o primeiro escalão do ex-juiz é formado pela equipe que trabalhou direto com ele na operação. Para executar esse projeto, ele precisava do controle das atividades financeiras.

Uma verdade importante desse governo é que ele introjeta a antipolítica em seu discurso corrente e em suas ações administrativas. Se Bolsonaro é o antipresidente que considera o presidencialismo de coalizão uma lógica criminosa de poder e a cha-

ma de velha política, Moro é o homem que viabilizou essa lógica no Judiciário. Assim, opositores são inimigos, inimigos são a velha política, e a velha política é criminosa.

Dessa forma, o superministério criado para o detraitor judicial da democracia brasileira seria o grande aparelho da perseguição a políticos opositores ao governo. Ainda que existam, e claramente existem, operações financeiras escusas feitas por políticos, é preciso que se lembre que o “pedido de desculpas de Onyx” mostra que a intenção de Moro nunca foi investigar a corrupção, mas sim banir inimigos.

No entanto, o Congresso optou por devolver o Coaf para a Receita Federal, e, portanto, para o Ministério da Economia. Ressalta-se que essa devolução não impede que o partido da Lava Jato continue sua cruzada. Mas é preciso que se ressalte que essa derrota imposta a Moro mostra que há uma reação política aos devaneios autoritários do governo, mas ao mesmo tempo aponta para uma organização

dos quadros políticos tradicionais do Congresso em reação à guerra declarada de Bolsonaro contra a “velha política”.

Essa percepção deve se somar à noção de que o Congresso resolveu impor limites de agenda ao governo exatamente na seara da Justiça. Em nenhum momento parece haver grave ameaça na pauta econômica do governo no Legislativo, apesar dos inúmeros tropeços da articulação política. Mas na agenda “jurídica”, as derrotas se acumulam, e os recados são cada vez mais claros, e ultrapassam o Congresso Nacional.

Neste mês, a OAB entregou ao presidente da Câmara uma longa análise do famigerado projeto “anticrime” de Sérgio Moro, com críticas duríssimas e recomendações claras ao Congresso Nacional para a não aprovação do PL. A OAB organizou esse estudo com dezenas de advogados criminalistas e instituições de pesquisas e estudos sobre o direito penal, exatamente aqueles que deveriam ser ouvidos num projeto dessa magnitude, mas não foram.

Essencialmente, a entidade de classe refutou os graves ataques ao direito de defesa e presunção de inocência que representam o projeto. A OAB foi radicalmente contra, por exemplo, a execução de pena após condenação em segunda instância, contra a legítima defesa dos agentes públicos que matarem sob “excusável medo, surpresa e violenta emoção”. Cabe destacar que o posicionamento da entidade foi aprovado por unanimidade em seu conselho federal.

É fato que o projeto já vinha, ao longo dos últimos meses, encontrando enormes dificuldades para ganhar a centralidade da agenda legislativa. Mas dessa vez, o consistente posicionamento da entidade de classe de representação dos advogados do Brasil pode representar o argumento definitivo para que essa aberração jurídica seja definitivamente esquecida. Em outras palavras, qual é a pos-

sibilidade de deputados e senadores atenderem o interesse daquele que nega a política, usa o aparelho judiciário para perseguir inimigos e despreza a democracia em detrimento dos advogados que exatamente servem para defendê-los dessa nefasta lógica?

Moro não sabe fazer política porque não é adepto da democracia. É um justiceiro destinado aos inimigos. Assim como o seu chefe. É nesse contexto que se inserem o projeto “anticrime” e o Coaf. Pelo menos nesses pontos, a política ainda parece ser capaz de evitar, dentro do contexto democrático, que essa lógica fascista de poder se institucionalize.

Nesse contexto, o Judiciário brasileiro precisa exercer o seu papel no equilíbrio dos poderes. Não para judicializar a política e tentar governar o país. Mas sim para dar limites aos abusos propostos por esse governo. Parte do restabelecimento democrático no Brasil passa pelo fim das condenações sem provas da operação Lava Jato e pela investigação do que realmente aconteceu nas eleições de 2018, duas questões que são de competência do poder Judiciário.

Inclusive, em tempos de institucionalização do “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, o Supremo Tribunal Federal (STF), num ato de coragem, adotou o entendimento de que a homofobia deve ser equiparada aos crimes de ódio. Para além do debate sobre o punitivismo e a ineficiência da adoção de soluções penais para superar o ódio e o preconceito na sociedade, é importante se destacar que, no atual momento que vive o Brasil, essa decisão representa uma trincheira de defesa da população LGBTTTQ+ em tempos tão difíceis.

Parece que o Supremo entendeu a enorme dificuldade de defesa dessa população na atual conjuntura. O poder Judiciário pode e deve colaborar para o equilíbrio das forças no jogo democrático brasileiro e para isso não precisa fazer política, precisa apenas cumprir o seu papel constitucional.



# SEGURANÇA PÚBLICA



*O presidente Bolsonaro assinou no mês de maio um decreto que libera posse e porte de armas para mais de dezenove categorias. A medida surpreendeu entidades especializadas no tema de segurança pública. Quinze dias depois, ele recuou em alguns pontos e assinou outro decreto. A perspectiva, no entanto, não mudou: mais mortes e violência no país.*

## Decreto de armas e a violência no país

O governo Bolsonaro publicou em 8 de maio um decreto que flexibiliza o porte de armas de fogo. O decreto foi assinado no dia anterior e teve como imagem ilustrativa do evento vários homens fazendo arminhas com as mãos e sorrindo.

O texto do decreto surpreendeu analistas por estar bem mais abrangente que o previsto: além de liberar a circulação de armas para os atiradores desportistas, conhecidos como CAC's (Caçador, Atirador, Colecionador), o decreto também:

- autoriza o porte para várias categorias profissionais como políticos eleitos (de vereadores a presidente da República), caminhoneiros, advogados, jornalistas, agentes públicos e privados da área de segurança (incluindo do sistema socioeducativo) e conselheiro tutelar;
- autoriza o porte de armas para quem reside em área rural;
- centuplica a quantidade de munição autorizada, de cinquenta cartuchos por ano para cinco mil ar-

mas comum e mil para armas de uso restrito;

- autoriza o uso de armas de calibres maiores, antes permitido somente para as forças armadas;
- autoriza que crianças e adolescentes pratiquem tiro em clubes com o aval de responsável;
- autoriza importação de armas – hoje, no Brasil, a maior parte da produção é nacional, da Empresa Taurus.

No dia 22, o Planalto publicou outro decreto, alterando o primeiro. Em nota, o Palácio do Planalto explicou que um dos atos foi editado “com o objetivo de sanar erros meramente formais identificados na publicação original, como numeração duplicada de dispositivos, erros de pontuação, entre outros”.

### Os principais pontos alterados

Foram alterados cerca de vinte pontos do decreto

de quinze dias antes. Os principais são:

- menores só poderão praticar tiro esportivo a partir dos quatorze anos e com a autorização dos dois responsáveis. O decreto anterior não estipulava idade mínima e exigia autorização de apenas um dos responsáveis;
- o texto original do decreto deixava a critério do Ministério da Justiça e Segurança Pública definir as regras para armas em voos. Este ponto abria uma brecha para que certas categorias pudessem portar armamentos dentro do avião, algo até então vedado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);
- agora a resolução da agência, mais restritiva e em acordo com a legislação internacional sobre o tema, continuará valendo;
- o veto ao porte de fuzis, carabinas, espingardas ou armas ao cidadão comum.

Este último ponto merece mais reflexão: a Forjas Taurus, que produz o fuzil T4, chegou a informar que já havia uma fila de duas mil pessoas para adquirir o armamento. A empresa, que praticamente detém o monopólio da fabricação e comércio de armas no país, desponta como a grande beneficiária das mudanças propostas por Bolsonaro. Isso porque ao ampliar a possibilidade de porte e posse de armas amplia-se drasticamente o mercado. As ações preferenciais da empresa fecharam com alta de 5,85% após o primeiro anúncio sobre a possibilidade de porte dos fuzis da marca. Quando Bolsonaro assinou o decreto, em 8 de maio, os papéis da Taurus subiram 23,5%. Com o recuo do presidente elas passaram a operar em baixa, mas no curto e médio prazo o cenário que se desenha para a empresa é positivo.

### Os efeitos de armar a população

Segundo estudo do Júlio Jacobo (sociólogo responsável pelo Mapa da Violência do Brasil), o Estatuto do Desarmamento de 2003 salvou mais de 160 mil vidas.

Ao contrário do que argumentam defensores da medida, a liberação de armas não intimida o crime organizado. Pelo contrário, facilita a compra de armas: trazer um fuzil do Paraguai custa ao crime trinta mil reais. A Taurus vende o T4 por cerca de

oito mil reais. O crime organizado inclui as facções criminosas (Primeiro Comando da Capital, Comando Vermelho, entre outros), mas também as milícias. Foram encontrados 116 fuzis em uma casa vizinha à de Jair Bolsonaro na ocasião da investigação do assassinato de Marielle Franco. Ou seja, a liberação destas armas, de certa forma, teria o efeito também de “legalizar” as milícias.

Além disso, as polícias passaram a lidar com a constante certeza de que suspeitos podem, sim, estar armados, e acabam agindo de maneira mais ostensiva. Conclusão: aumento da letalidade policial num cenário já negativo que se estabelece no país. Foram 6.160 mortes cometidas por policiais na ativa em 2018, contra 5.225 em 2017, segundo levantamento feito pelo portal G1 – em sua maioria homens, negros, jovens nas periferias do país. E isso sem contar com as mortes provocadas por grupos de extermínio (normalmente, agentes públicos de segurança fora do horário de serviço), cujos dados não são contabilizados.

A questão é que esse quadro tem potencial também para aumentar a vitimização policial. Ora, o crime mais bem armado, em um cenário de guerra, não é vantajoso sequer para os agentes do Estado. Além das mortes – que neste semestre tiveram ligeira queda – os índices de depressão e suicídio entre os agentes de segurança pública são alarmantes.

### Desdobramentos institucionais

Nem Bolsonaro nem Moro conseguem defender a medida: ambos deram declarações públicas que o decreto nada tem a ver com combate à criminalidade. “Não tem a ver com a segurança pública. Foi uma decisão tomada pelo presidente em atendimento ao resultado das eleições”, disse Moro à imprensa.

Mais do que a liberação de armas de fogo, o Brasil precisa de políticas públicas de combate à criminalidade e redução de homicídios, o que a flexibilização do porte de armas não ajuda.

Parlamentares, entidades especialistas e juristas se mobilizam para barrar a medida: PT e PSOL apresentaram projetos de decreto legislativo para revogar o texto do Executivo no Senado e na Câmara. A Bancada Evangélica – importante base de sus-

tentação do governo - também ensaia o mesmo movimento. A Rede recorreu ao Supremo Tribunal Federal denunciando a ilegalidade da medida. Consultoria do Senado também declarou na última semana que os decretos de armas são ilegais. Isso porque ambos os textos contrariam o Estatuto do Desarmamento (lei aprovada pelo Congresso), em vez de apenas regulamentá-lo - que é a função de um decreto do Executivo.

O ministro Onyx Lorenzoni foi convocado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para responder sobre o decreto que flexibiliza o porte de armas assinado por Bolsonaro.

Enquanto isso, o Brasil segue em crise. Acumulam-se mortes e condutas ilícitas por parte do Estado. Aumenta a letalidade policial. O Supremo Tribunal Militar mandou soltar militares que fuzilaram com oitenta tiros e mataram músico no Rio de Janeiro em abril. Manaus tem quase sessenta detentos mortos na última onda de violência nos presídios no estado. Presos foram encontrados asfixiados. Em 2017, rebeliões deixaram 126 detentos mortos no Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte, resultado da guerra das facções que o Estado não consegue conter.





*Esta seção apresenta um panorama dos últimos dados sobre a situação do mercado de trabalho, que ainda mostra perspectivas ruins para a classe trabalhadora e significativamente piores do que antes da crise econômica. Na segunda parte, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2012 a 2017, mostra-se como a crise econômica, desde 2015, afetou em especial as mulheres negras no Brasil.*

## Pioram perspectivas da classe trabalhadora

### Mercado de trabalho

No mês de março, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mediu que 43 mil vagas foram perdidas, surpreendendo até mesmo os analistas de mercado, que avaliavam que haveria um saldo positivo baixo no mês de março, não um valor negativo. Foi o pior valor desde março de 2017 e o setor de comércio foi o que mais caiu no período. O setor de serviços foi o que mais cresceu.

Em abril de 2019, o Caged havia detectado um saldo positivo de 129 mil vagas formais, resultado positivo bastante significativo à primeira vista. Mas, enquanto nos primeiros meses, em geral, o mercado de trabalho apresenta números mais fracos, a tendência sempre é de recuperação ao longo do ano. É preciso, no entanto, aguardar uma série temporal mais longa para chegar a conclusões mais concretas. E os indicadores econômicos para o resto do ano, tal como discutido na seção de economia deste boletim, não são promissores.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que a taxa de desocupação no Brasil atingiu 12,7% e a subutilização (que congrega aqueles desocupa-

dos, desalentados e que trabalham poucas horas na semana) chegou a 25% da força de trabalho no primeiro trimestre de 2019. São 13,4 milhões de brasileiros desocupados (1,2 milhão a mais que no último trimestre de 2018), 65,3 milhões fora da força de trabalho e 28,3 milhões de subutilizados (recorde histórico). Já o número de desalentados chegou a 4,8 milhões.

Em uma perspectiva mais ampla, o Índice da Condição do Trabalho (ICT) - indicador sintético construído com base em um amplo conjunto de dados sobre ocupação, renda e formas de contratação, e que inclui contribuição previdenciária, tempo de procura por trabalho, desigualdade de renda, entre outras variáveis -, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra uma piora nas condições de trabalho desde o primeiro trimestre de 2015.

Do início de 2012 ao primeiro trimestre de 2014, o ICT aumentou de 0,48 para 0,70, o que representa melhoria na condição do trabalho. No restante de 2014, o ICT variou pouco, apesar de uma piora no rendimento do terceiro trimestre. Mas, a partir de 2015, passou a diminuir de forma contínua: no entanto, se entre 2015 e o início de 2017 o Índice

decreceu pela piora do subíndice Desocupação, no ano de 2017, o subíndice Inserção Ocupacional foi o principal responsável pela diminuição, devido à queda no emprego com carteira assinada e no tempo de permanência no trabalho.

Já a partir do primeiro trimestre de 2018, o ICT pouco variou, pois a ligeira alta da Desocupação foi contrabalanceada pelas diminuições nas dimensões Rendimento e Inserção Ocupacional. Tais dados mostram que para os trabalhadores o fim da crise não ocorreu.

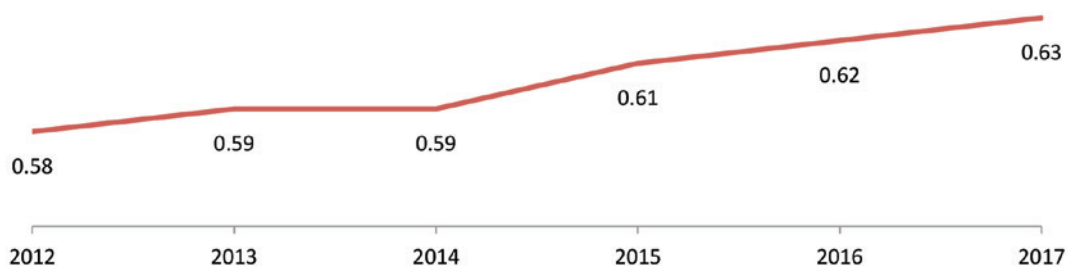
### Crise e mulheres negras

Em uma análise dos impactos da crise para as mulheres negras no mercado de trabalho, utilizando os dados da PNAD Contínua de 2012 a 2017, o primeiro gráfico mostra que aumentou o rendimento médio das mu-

lheres negras ocupadas em relação ao rendimento médio dos trabalhadores ocupados no Brasil, apesar de continuar sendo 63% do rendimento médio da população ocupada em 2017 (em 2012 era 58%).

Embora aparentemente seja uma boa notícia a princípio, por indicar uma redução das desigualdades de renda, isto ocorreu porque as negras que mais sofreram com a crise foram as que ocupam postos de trabalho mais precários, ou seja, em um primeiro momento as negras que mais perderam trabalho foram as em postos com menores rendimentos, o que eleva assim os rendimentos médios devido aos valores já mais altos das que permaneceram ocupadas. Por exemplo, desde 2014 as mulheres negras perderam em termos percentuais mais postos que não contribuem para a Previdência que o total da população.

**Rendimento das mulheres negras ocupadas em relação ao rendimento médio da população brasileira ocupada (Brasil, 2012-2017)**

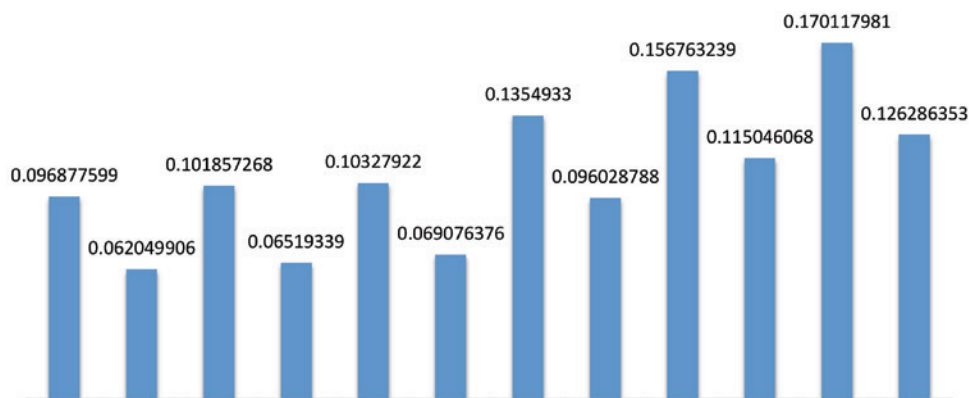


Fonte: PNADC

Observando a taxa de desocupação, percebe-se que entre as mulheres negras ela chegou a 17%, enquanto para o total da população esteve em 12,6%.

Desde o início da crise, na verdade, aumentou o hiato entre tais taxas, de em torno 3,5 pontos percentuais para em torno de 4,5 pontos percentuais.

**Taxa de desocupação entre mulheres negras e total (Brasil, 2012-2017)**

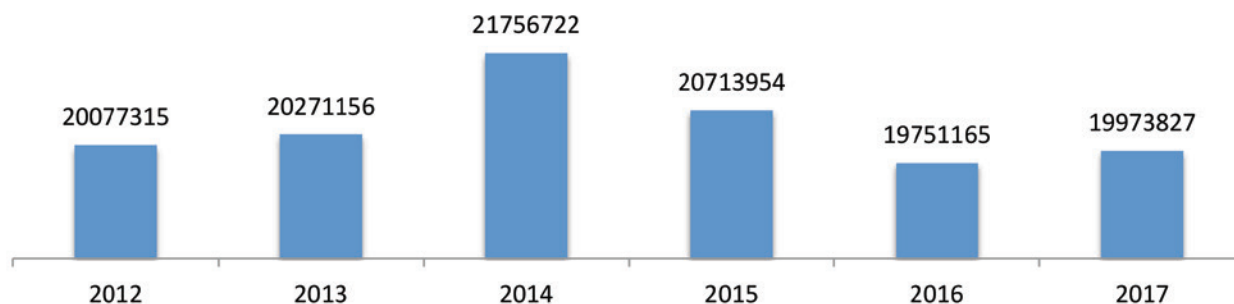


Fonte: PNADC

Quanto à quantidade de mulheres negras ocupadas e desocupadas, com a crise houve uma queda acentuada de 2014 para 2015 (perda de um milhão) e continuidade

da retração de 2015 para 2016 (perda de mais um milhão), mas de 2016 para 2017 ocorreu uma ligeira recuperação de 200 mil.

**Quantidade de mulheres negras ocupadas (Brasil, 2012-2017)**

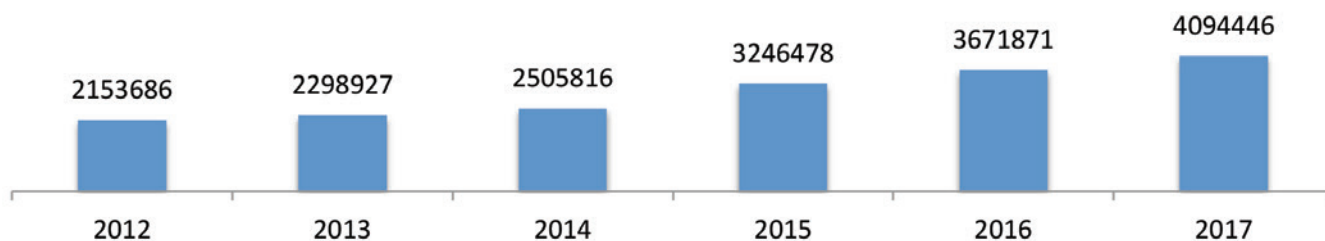


Fonte: PNADC

Por outro lado, é crescente a quantidade de mulheres negras desocupadas no Brasil, o que coloca em discussão o discurso de que a “crise” acabou para as mulheres

negras: se de 2016 para 2017 houve um crescimento de 200 mil na ocupação desta categoria, entre estes anos cerca de 400 mil se somaram à desocupação.

**Quantidade de mulheres negras desocupadas (Brasil, 2012-2017)**



Fonte: PNADC

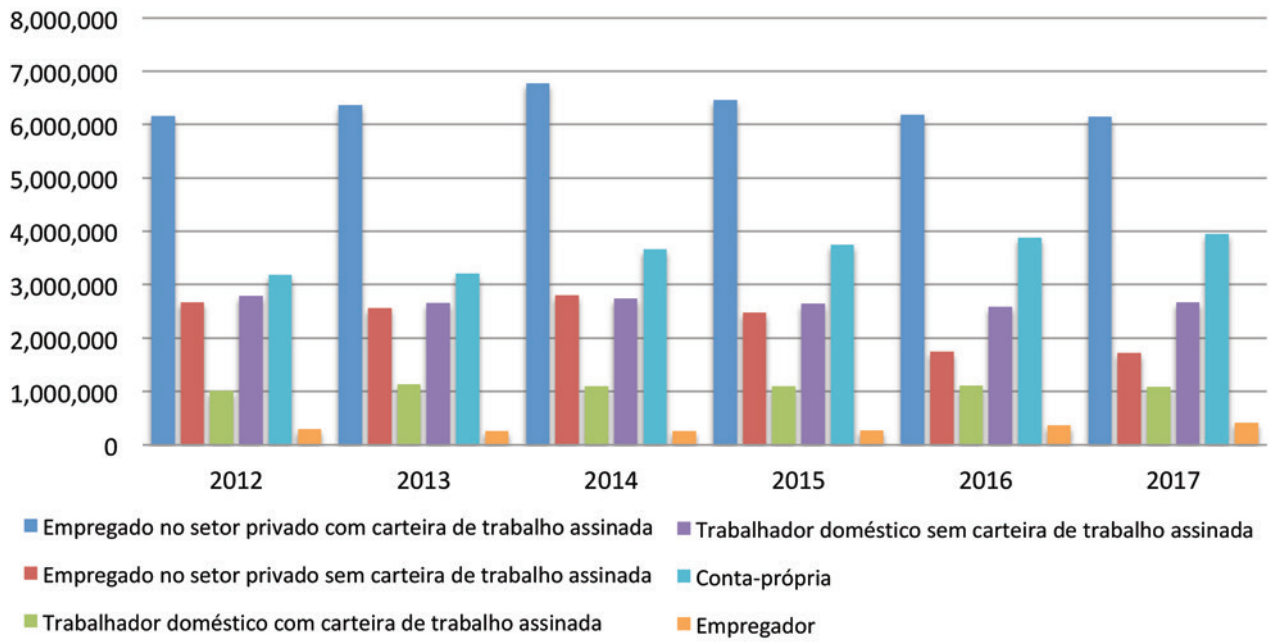
Como referência, para o total da população a ocupação caiu continuamente em 2015 (perda de 3,9 milhões), 2016 (perda de 3,8 milhões) e 2017 (ainda que com uma queda menor em 2017, de 800 mil). Ou seja, o aumento da ocupação entre as mulheres negras ajudou a atenuar a perda do número de ocupados de 2016 para 2017, mas não foi suficiente para jogar os números para a população como um todo no campo positivo. Por outro lado, para a população brasileira como um todo a desocupação cresceu muito em 2015 (2,7 milhões), menos em 2016 (1,7 milhões)

e menos em 2017 (1,2 milhões).

Por fim, os dados da posição na ocupação (empregado no setor privado com e sem carteira, domésticos com e sem carteira, por conta própria e empregadores) exemplificam como variou a posição das mulheres negras no mercado de trabalho, com queda absoluta no número de empregadas no setor privado com carteira de trabalho assinada, mas também sem carteira assinada. Por outro lado, entre as mulheres negras as categorias que mais crescem são as por conta própria e empregador.



### Mulheres negras por posição na ocupação no trabalho principal (Brasil, 2012-2017)



Fonte: PNADC

# ECONOMIA



*Passados já os primeiros cinco meses de governo Bolsonaro, a economia brasileira segue em depressão, cada vez mais próxima de um novo mergulho recessivo. As expectativas do dito mercado derretem semana após semana e já se especula sobre o comprometimento do crescimento econômico de 2020. É o neoliberalismo mostrando do que não é capaz. A insistência com os cortes de gastos públicos e a manutenção da taxa Selic em patamar elevado faz drenar a demanda agregada, postergando os vislumbres de recuperação que apenas algumas semanas atrás estampavam as manchetes engajadas da mídia corporativa.*

## Economia segue em depressão

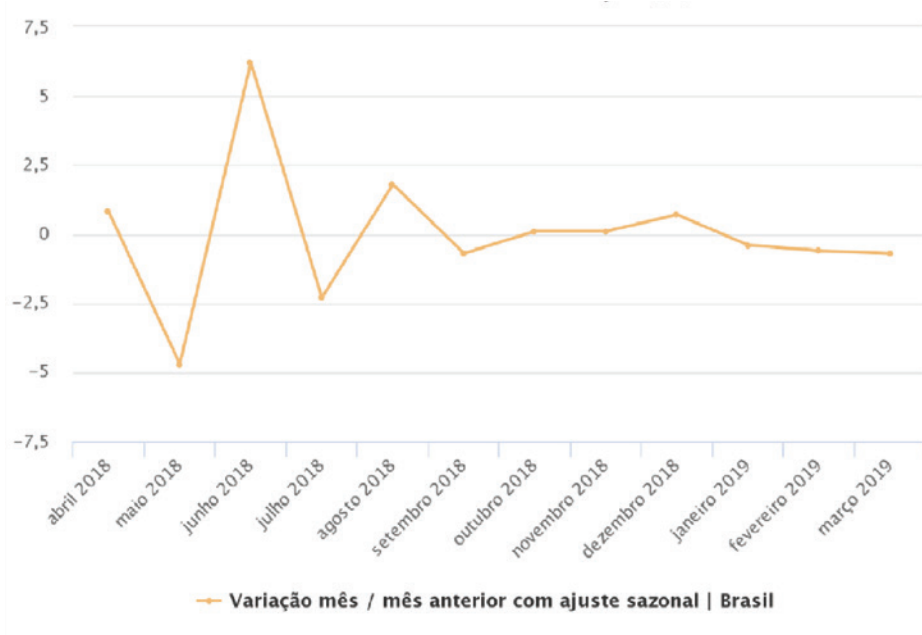
### Nível de Atividade

A cada mês que se completa no calendário de 2019 pioram as expectativas quanto à possibilidade de dinamização da atividade econômica do país. Entre as consultorias que colaboram semanalmente com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, há treze semanas consecutivas registram-se quedas nas projeções de crescimento do PIB. Não são poucos, inclusive, os consultores dos grandes bancos privados que estimam um crescimento do PIB em 2019 inferior à taxa de 1,1% registrada pela economia brasileira no último ano.

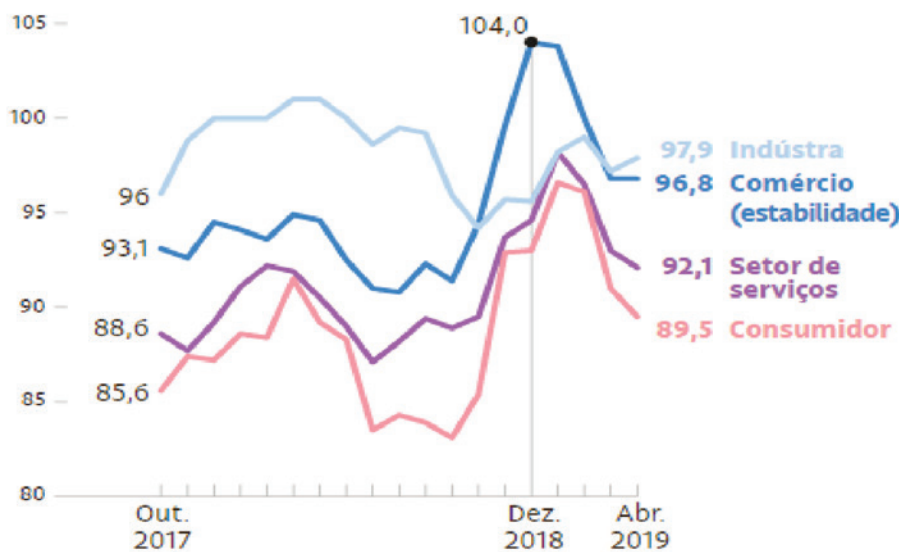
Com exceção das vendas do comércio varejista, que tiveram leve crescimento de 0,3% na passagem de fevereiro para março (na série com ajust-

te sazonal) - mas que sofreram uma contração de 4,5% quando comparadas a março de 2018 - os demais grandes setores da economia permanecem no campo negativo. O volume total dos serviços, por exemplo, caiu 0,7% em março em relação ao mês imediatamente anterior, anotando a terceira queda consecutiva do ano (veja no gráfico 1).

Já a produção industrial, certamente o setor qualitativamente mais relevante para o desenvolvimento nacional, sofreu forte queda no mês de março deste ano, registrando uma contração de 1,3% em relação a fevereiro e de 6,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a produção industrial diminuiu 2,2% no primeiro trimestre, isto é, nos três meses inaugurais do governo Bolsonaro.

**GRÁFICO 1 - Índice de volume de serviços (Brasil, abril/2018 a março/2019)**

Fonte: IBGE - Pesquisa mensal de serviços

**GRÁFICO 2 - Indicadores de confiança (Brasil, out/2017 a abr/2019)**

Fonte: FGV

### Comércio Exterior

Considerando-se a totalidade das operações de nosso comércio exterior realizadas desde o início deste ano até a terceira semana de maio, registrou-se um saldo comercial (diferença entre exportações e importações) de 20,1 bilhões de dólares, o que significa uma redução de 12,1% em relação ao saldo comercial acumulado no mesmo período de 2018.

Além da queda em relação ao ano anterior, outra

tendência negativa que vem sendo observada é uma preocupante perda de participação de produtos de maior intensidade tecnológica na pauta exportadora. Ao comparar os quatro primeiros meses de 2019 ao mesmo conjunto de meses de 2018, observam-se quedas nas exportações de produtos de alta tecnologia (-0,69%), de média-alta tecnologia (-17,55%) e de baixa tecnologia (-5,56%). Em compensação, foram observados pequenos crescimentos tanto na participação dos produtos não-industriais (+2,64%) - que

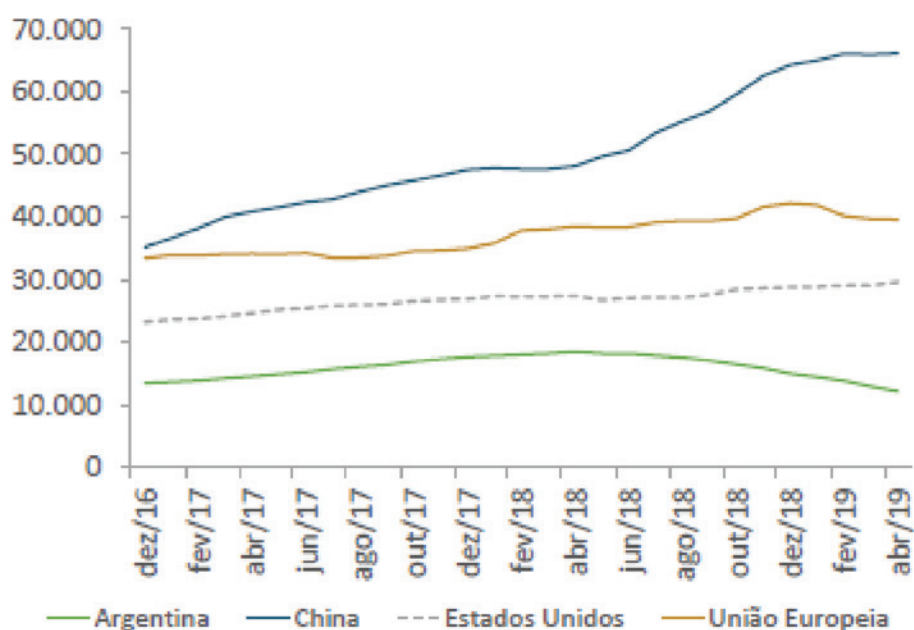
atualmente representam 40,6% de todas as exportações - quanto dos produtos de média-baixa tecnologia (+3,61).

Já a análise da evolução das exportações brasileiras por principais países registra uma tendência que caminha no sentido contrário às prioridades que têm sido perseguidas pelo Itamaraty desde que Bolsonaro tomou posse. A China não só se mantém como o principal destino, respondendo por 27% do total (US\$ 19,3 bilhões entre janeiro e abril de 2019), como tem ampliado de forma acelerada a aquisição de produtos brasileiros. Como bem se nota no gráfico 3, em um período de pouco mais de dois anos, praticamente dobrou o valor total das exportações brasileiras para o gigante asiático.

Em compensação, enquanto as exportações para os EUA e a União Europeia crescem a um ritmo vegetativo, as vendas para a Argentina apresentam um importante declínio desde meados do ano passado, quando as barbearagens do neoliberalismo de seu presidente Mauricio Macri lançaram o país em uma grave crise externa, com efeitos imediatos sobre a capacidade de importação do nosso vizinho andino.

Reunido esse conjunto de dados relativos à trajetória recente da pauta comercial, cabe ressaltar as insensatas prioridades políticas do Itamaraty, cujo ministro se dedica a tensionar as relações com a maior e mais promissora parceria comercial do Brasil.

**GRÁFICO 3 - Exportações brasileiras por principais países (dez/2016 a abr/2019)**  
(em US\$ milhões)



Nota: Dados acumulados em doze meses

Fonte: Ministério da Economia

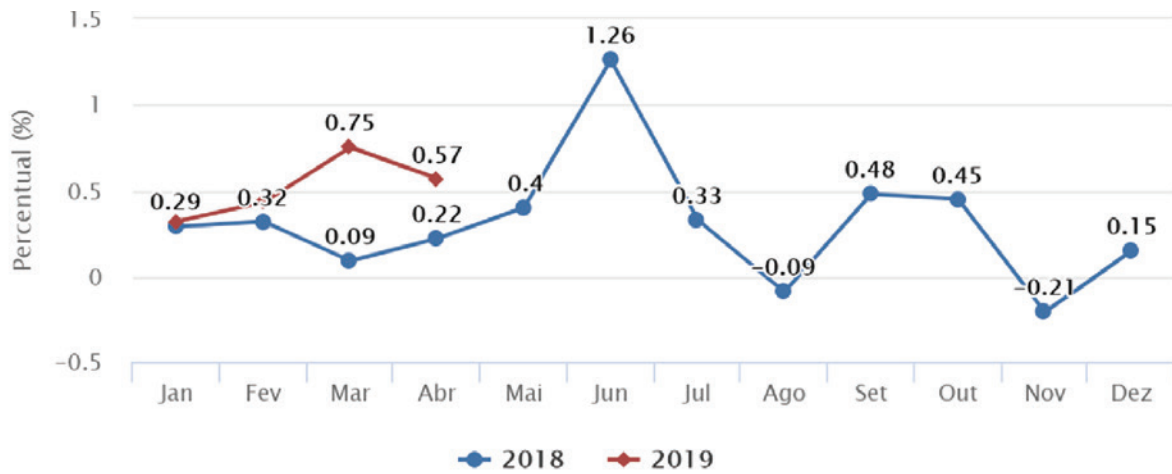
### Inflação e política monetária

Embora a taxa de inflação anual - Índice de Preços ao Consumidor Agregado (IPCA) - continue em patamares seguros e ainda abaixo da meta anual perseguida pelo Banco Central, nos primeiros quatro meses deste ano foram observadas taxas mensais ligeiramente superiores àquelas apuradas nos mesmos meses do ano

anterior (veja gráfico 4). Esse comportamento em boa medida resulta da combinação de elevação dos preços dos alimentos (principalmente de hortifrutí que foram prejudicados pelas circunstâncias climáticas deste início de ano) e dos combustíveis, que, com o novo governo, voltaram a subir em consonância com as variações do valor do barril de petróleo no mercado internacional. O Banco Central, por seu turno, mesmo



**GRÁFICO 4 - Evolução da Inflação  
IPCA - comparativo 2018 x 2019**



Fonte: IBGE

ciente de que não há risco de um repique inflacionário, tem se mantido inflexível em sua política monetária, fazendo ouvidos moucos a um crescente coro de críticos - inclusive de ex-presidentes do Banco Central - que consideram um equívoco incompreensível pagar juros reais acima de 2,5% ao ano em meio a uma conjuntura de profunda depressão econômica como a que o país atravessa.

### Contas Públicas

Obrigado pela crise a rever suas estimativas de receita para o ano de 2019, o governo tem sinalizado que precisará pedir uma suplementação orçamentária da ordem de 248 bilhões de reais para dar conta das suas

obrigações constitucionais. Ocorre que o orçamento definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano corrente não é suficiente para arcar com cerca de cinco meses de despesas do INSS, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família. Por conta disso, o governo já se movimenta para aprovar a referida suplementação, contando, além disso, com a entrada de receitas extraordinárias que devem ser efetivadas até o fim do exercício.

A despeito da insistência na austeridade fiscal e dos embates em torno das áreas que deverão sofrer cortes, o déficit nominal do setor público consolidado alcançou 7% do PIB nos doze meses encerrados em março deste ano, enquanto a dívida bruta do setor público segue em elevação, atingindo 78,4% do PIB.

# FEDERALISMO



*As Assembleias Legislativas de Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Pernambuco aprovaram, em maio, a adesão de seus estados ao Consórcio Nordeste, somando-se à Bahia, que já havia aprovado em abril. O Rio Grande do Norte enviou o projeto também em maio ao Legislativo. O Consórcio foi lançado em reunião de governadores do Nordeste em março e vem se consolidando como uma importante articulação, com vistas ao desenvolvimento sustentável da região, em contraponto fundamental às políticas neoliberais do governo federal.*

## Consórcio Nordeste busca desenvolvimento sustentável da região

Lançado a partir de reunião realizada pelos governadores e governadora do Nordeste, no dia 14 de março, em São Luís (MA), o Consórcio Nordeste se configura como importante inovação que vem sendo implementada.

Rui Costa, da Bahia, foi definido como o primeiro presidente do consórcio, que tem como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável” do Nordeste brasileiro. Esse objetivo desdobra-se em ações voltadas ao desenvolvimento econômico, à construção de infraestrutura, a investimentos em ciência, tecnologia e inovação, ao desenvolvimento social, à segurança pública e à administração penitenciária, ao meio ambiente e à articulação política, jurídica e institucional.

A estratégia básica de promoção do desenvolvimento regional é utilizar as estruturas e recursos dos estados, ganhando em escala e evitando gastos na medida do possível. Isso será feito por meio do compartilhamento de recursos e estruturas já existentes

e buscando construir novas estruturas comuns.

Será ainda utilizado o poder de compra dos estados como medida para gerar ganhos de escala e economia para cada um dos estados envolvidos. Essas ações caminham na direção da eficiência da gestão e da qualidade dos gastos públicos.

O consórcio será implementado de forma gradativa, com visão de longo prazo, integrando os estados membros e buscando novas relações com a União e com os demais entes da federação.

A iniciativa tem papel fundamental nessa conjuntura. Primeiro se propõe a um “desenvolvimento sustentável”, com seu tripé econômico-social-ambiental, indo de encontro ao que vem anunciando o governo federal, principalmente através dos ministérios do Meio Ambiente, de Relações Exteriores e da Agricultura, assim como das falas do próprio presidente.

Além disso, o consórcio se propõe a construir a

unidade do Nordeste buscando o diálogo com os demais estados e com o governo federal, tendo em vista a diminuição das desigualdades sociais e regionais e a construção de políticas públicas que promovam direitos sociais, indo novamente de encontro às políticas neoliberais do governo federal.

A ação coloca a região em novo patamar, seja para melhorar sua integração e seu potencial de desenvolvimento, seja como elemento fundamental de contraponto ao que vem fazendo e apregoando o governo Bolsonaro e vários outros governos estaduais, como o governo Dória em São Paulo.

O Consórcio Nordeste aponta novo caminho, seja como método, com unidade entre entes da federação, seja como conteúdo, com a proposta de garantir e ampliar os direitos e as políticas públicas que visem à diminuição das desigualdades sociais e regionais, francamente em confronto com a política que vem sendo prometida e desenvolvida pelo governo Bolsonaro de restrição de direitos, diminuição

da abrangência e do potencial das políticas públicas.

### O Cosud

Como reação a essa importante articulação do Nordeste, os governadores do Sul e Sudeste organizaram um outro consórcio para se contrapor: o Cosud. Esse novo consórcio tem se posicionado a favor, por exemplo, da reforma da Previdência e da Medida Provisória do Saneamento Básico, que privatiza o serviço de saneamento no país e contra a qual 23 governadores já haviam se posicionado contrariamente – apenas São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não assinaram a primeira versão. Depois desse primeiro posicionamento, o Cosud reuniu-se em Gramado (RS), em 25 de maio. Entre suas decisões, pediu a aprovação da Medida Provisória 686 – MP do Saneamento, com apoio de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, sendo que Espírito Santo e Paraná apresentam ressalvas.



# TERRITORIAL



*A análise da variação do PIB municipal a partir de 2010 mostra que o crescimento da economia se deu principalmente no interior do país, em cidades de pequeno e médio porte, menos urbanizadas e que anteriormente possuíam maior dependência dos grandes polos econômicos tradicionais. Em 2015, com o advento da crise, essas cidades também foram afetadas, mas sua economia reagiu de diferentes formas, fundamentada em setores econômicos específicos.*

## PIB dos municípios brasileiros: crescimento e recessão econômica

Se para 2018 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 6,8 trilhões de reais posiciona o país como a nona maior economia mundial, um olhar de como os grandes setores econômicos se desenvolvem regionalmente permite identificar peculiaridades até então não muito discutidas. A dinâmica econômica local também permite aos municípios enfrentar os momentos de bonança e de crise ou estagnação econômica nacional com diferentes níveis de saúde financeira.

Alguns conseguem manter seu crescimento, enquanto outros afundam-se financeiramente e em qualidade de vida para sua população. Apesar de naturalmente incompleto, principalmente no que tange a mensurar a qualidade de vida da população, a análise estatística do PIB, aplicada aos municípios, permite vislumbrar seu desempenho econômico e o resultado local das políticas macro e regionais, o que inevitavelmente impacta as populações no dia a dia.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma importante evolução metodológica na estimativa do Produto Interno Bruto municipal a partir de 2010, cuja principal alteração foi adaptá-la à então nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A presen-

te análise optou então por partir deste ano base e prosseguir até o ano de mais recente divulgação dessa base de dados, 2016, que se tornou, em consequência, o ano-base para o cálculo da variação real anual do PIB municipal. Utilizou-se para tais cálculos os deflatores oficiais divulgados pelo site do IBGE, por meio da ferramenta digital Sidra.

Para esboçar a realidade em momentos distintos de saúde econômica do país, optou-se aqui por fazer dois recortes temporais: um primeiro de 2010 a 2014, de crescimento econômico, e outro para os anos 2015 e 2016, fazendo a comparação dos resultados de 2014 a este último ano, 2016. Cabe ressaltar ainda que, para facilitar a análise, a variação anual média do PIB municipal foi classificada em quatro classes: a dos municípios brasileiros que tiveram redução do valor real, a dos com crescimento de até 2,9%, os com crescimento de 3% a 5,9% e os que cresceram a taxas anuais superiores a 6%.

Ao comparar os resultados que serão aqui expostos com o crescimento atual da economia que mais cresceu no mundo nos últimos anos, a chinesa, e que possui estimativas de crescimento superiores a 6% em 2019, pode-se dizer que houve no Brasil, entre 2010 e 2014, um terço dos municípios (1.669)



crescendo em igual proporção, e que mesmo no período de crise em 2015 e 2016, 835 municípios ainda crescem a iguais taxas. É sobre estes municípios e os que se encontram no outro extremo de saúde econômica, os com maior encolhimento de sua economia, que este estudo se propõe a debruçar-se.

### Onde e quando

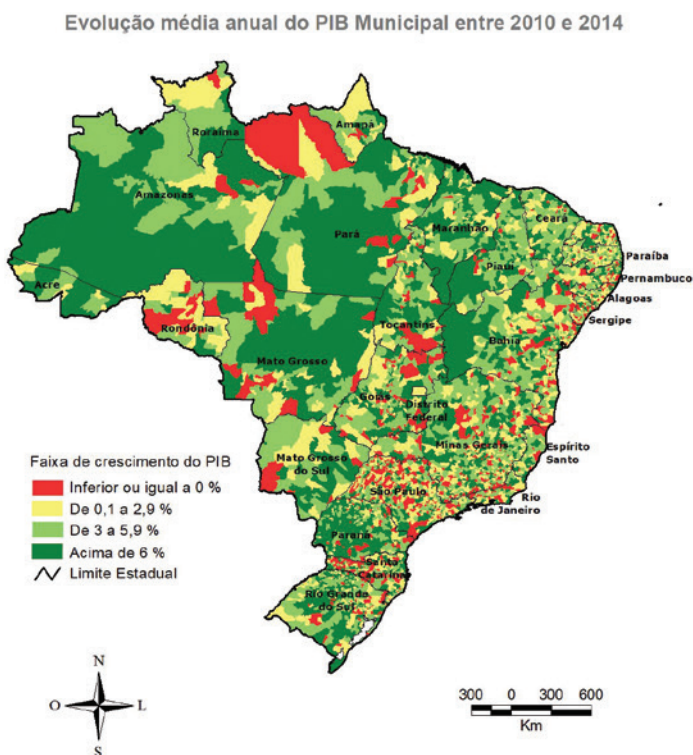
A comparação entre os mapas a seguir permite observar a discrepância entre o crescimento da economia do país no período entre 2010 e 2014 e o período recessivo de 2015-2016. O mapa 1 demonstra que o crescimento daquele período se concentrou em municípios e regiões onde historicamente há menor desenvolvimento econômico e social, o interior do país, algo importante sob vários aspectos, sejam eles a diversidade da economia, o impacto econômico positivo em regiões mais carentes e consequentes pré-condições para redução de desigualdades ou a consolidação de novos polos econômicos nacionais. Os estados do Amazonas, Piauí, Maranhão, Acre, Paraná, Ceará, Pará e Mato Grosso contaram com 70% ou mais de seus

municípios nas duas faixas verde do mapa, ou seja, com os maiores crescimentos do PIB.

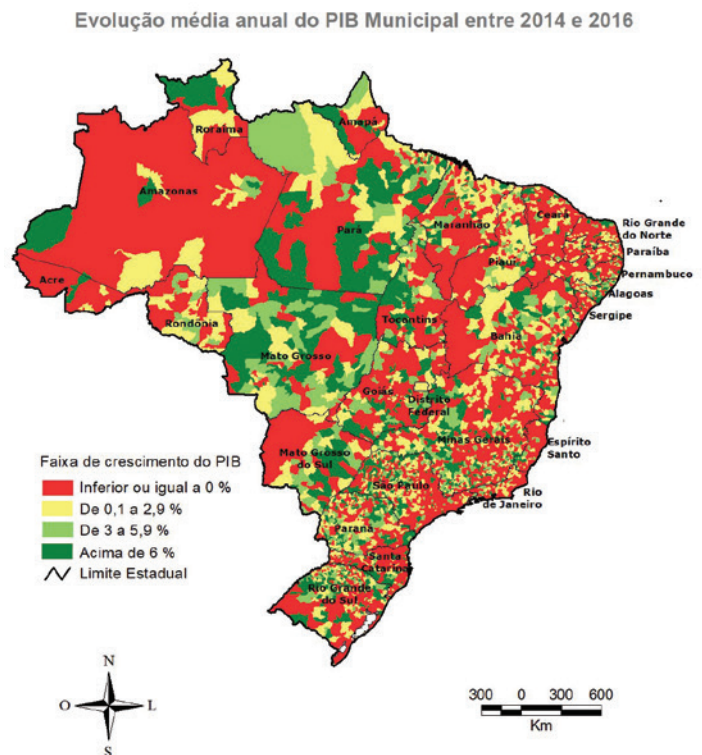
O forte impacto da recessão no país como um todo é facilmente perceptível no mapa 2, que se baseia nos resultados de 2015 e 2016. Mas ele, comparativamente ao mapa 1, também permite observar três cenários:

- as poucas regiões que mantiveram seu crescimento: principalmente alguns municípios dos estados de Mato Grosso, com 64,5% destes com crescimento superior a 3%, Alagoas (46,1%), Pará (45,8%), Tocantins (43,2%) e Mato Grosso do Sul (43%);
- as regiões que apresentaram inversão de seu forte crescimento anterior: notadamente municípios do Acre (81% destes com PIB médio anual negativo), do Amazonas (77,4%) e do Ceará (68,5%);
- as regiões que já apresentavam proporções de municípios com PIB negativo bem superiores à média mesmo no período de 2010 a 2014. Se destacando Rondônia (com 46,2% de seus municípios com PIB negativo), Rio de Janeiro (55,4%), São Paulo (56,1%), Sergipe (66,7%), Espírito Santo (66,7%) e Santa Catarina (67,1%).

Mapa 1 – Período de crescimento econômico (2010 a 2014)



Mapa 2 – Período de recessão econômica (2015 e 2016)



A tabela 1 permite perceber que quase um terço das cidades brasileiras (1.669) apresentaram crescimentos superiores a 6% entre 2010 e 2014. Cerca de 39,6% das localizadas na região Sul se enquadraram neste perfil. No entanto, com percentuais muito próximos aos do Sul estão duas regiões de fora do eixo de economia mais consolidada do

país, as regiões Norte, com 38,5% de seus municípios neste perfil e a Centro-Oeste, com 35,8%. A região sudeste possui a menor proporção neste aspecto, 22,5%. É ela também que apresenta a maior proporção de municípios com variação negativa no PIB no período, 23,1%, frente a 10,5% no Nordeste e 10,9% no Norte.

**Tabela 1 – Municípios por faixa de crescimento econômico e grande região geográfica entre 2010 e 2014**

Grande Região	Faixa de Crescimento Médio Anual do PIB								Total de Municípios
	Acima de 6%		De 3 a 5,9%		De 0 a 3%		Negativo		
	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	
CENTRO-OESTE	167	35,8	130	27,9	102	21,9	67	14,4	466
NORDESTE	484	27,0	643	35,8	478	26,6	189	10,5	1.794
NORTE	173	38,5	131	29,2	96	21,4	49	10,9	449
SUDESTE	375	22,5	432	25,9	476	28,5	385	23,1	1.668
SUL	470	39,6	330	27,8	241	20,3	147	12,4	1.188
BRASIL	1.669	30,0	1.666	29,9	1.393	25,0	837	15,0	5.565

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2014/IBGE.

Em apenas dois anos de crise, a quantidade de cidades com os maiores crescimentos de PIB caiu pela metade (835 cidades). A tabela 2 mostra que as regiões com maiores proporções de municípios nesta situação permaneceram as mesmas. No entanto, o protagonismo passou a ser da região Cen-

tro-Oeste, com 25,9%, ao passo que o Norte possuía 17,8% e o Sul 17,4% de seus municípios com crescimento superior a 6%. O Sudeste continuou a ser a região com maior concentração de municípios com PIB negativo, cerca de 53,4% destes.

**Tabela 2 – Municípios por faixa de crescimento econômico e grande região geográfica entre 2014 e 2016**

Grande Região	Faixa de Crescimento Médio Anual do PIB								Total de Municípios
	Acima de 6%		De 3 a 5,9%		De 0 a 3%		Negativo		
	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%	
CENTRO-OESTE	121	25,9	66	14,1	76	16,3	204	43,7	467
NORDESTE	188	10,5	178	9,9	502	28,0	926	51,6	1.794
NORTE	80	17,8	68	15,1	111	24,7	191	42,4	450
SUDESTE	239	14,3	191	11,5	347	20,8	891	53,4	1.668
SUL	207	17,4	146	12,3	274	23,0	564	47,4	1.191
BRASIL	835	15,0	649	11,7	1.310	23,5	2.776	49,8	5.570

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2014 a 2016/IBGE.

Conforme demonstra a tabela 3, o crescimento da economia municipal, no período de 2010 a 2014, foi maior nos municípios de baixa e média urbanização, a taxas médias anuais de 5,4% e 4,4%, respectivamente. Os de média urbanização também se mostraram mais estruturados para enfrentar a crise, pois o decréscimo em sua economia (-0,9%)

foi em média 3,5 vezes menor do que a média nacional (-3,3%). Em média, as cidades que possuíam 70% ou mais de seus domicílios no meio urbano, no entanto, apresentaram tanto menor crescimento no período de bonança econômica (2,1% médios anuais), quanto maior fragilidade econômica (-3,5%) no período de crise.

**Tabela 3 – Grau de urbanização**

Crescimento médio anual real do PIB dos municípios por Grau de Urbanização	2010 a 2014	2014 a 2016	Nº de municípios
Inferior a 40% de urbanização	<b>5,4</b>	<b>-2,1</b>	859
De 40% a 69,9% de urbanização	<b>4,4</b>	<b>-0,9</b>	2.234
Com 70% de urbanização ou mais	<b>2,1</b>	<b>-3,5</b>	2.472
<b>Total</b>	<b>2,3</b>	<b>-3,3</b>	<b>5.570</b>

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2016/IBGE.

Entre 2010 e 2014, as cidades que mais cresceram foram as de pequeno e médio porte (entre dez mil e cem mil habitantes) a taxas de crescimento anual médio superiores a 4%. A tabela 4 permite perceber que, no mesmo período, as com mais de quinhentos mil habitantes cresceram em média quatro vezes menos, a 1% anuais.

Em 2015 e 2016, foram principalmente as pequenas cidades, com até dez mil habitantes, que cresceram. Nas de maior porte, a variação econômica média anual foi negativa, com maior expressão nas cidades que possuíam entre cem mil e quinhentos mil habitantes, que apresentaram redução média anual do PIB de 5,1%, aproximadamente o dobro das com porte entre dez e cem mil habitantes.

**Tabela 4 – Porte municipal**

Crescimento médio anual real do PIB dos municípios por tamanho do município	2010 a 2014	2014 a 2016	Nº de municípios
Até 5.000 habitantes	<b>3,2</b>	<b>2,8</b>	1.237
De 5.001 a 10.000 habitantes	<b>3,1</b>	<b>1,2</b>	1.210
De 10.001 a 20.000 habitantes	<b>4,2</b>	<b>-1,8</b>	1.364
De 20.001 a 50.000 habitantes	<b>4,8</b>	<b>-2,7</b>	1.100
De 50.001 a 100.000 habitantes	<b>4,2</b>	<b>-2,7</b>	350
De 100.001 a 500.000 habitantes	<b>2,3</b>	<b>-5,1</b>	268
Com 500.001 ou mais habitantes	<b>1,0</b>	<b>-2,9</b>	41
<b>Total</b>	<b>2,3</b>	<b>-3,3</b>	<b>5.570</b>

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2016/IBGE.

### Setores econômicos

Outra pergunta que o presente estudo se esforça para responder é sobre os setores econômicos que motivaram essas recentes dinâmicas na economia das cidades brasileiras. Para tal, optou-se por analisar a variável “Atividade econômica com maior valor adicionado bruto” nos municípios, constante dos microdados do PIB Municipal/IBGE. Desta forma, pretende-se vislumbrar quais os setores econômicos preponderantes dos municípios que se destacaram nos extremos do desempenho econômico, os de crescimento médio anual superior a 6% e os com decréscimo no PIB, para ambos os períodos temporais.

Nesta lógica, a tabela 5 mostra que 40% dos municípios que se destacaram positivamente no período aqui analisado (2010 a 2014) como o de maior crescimento da economia, possuíam o setor de serviços públicos e seguridade social como o principal responsável pelo seu crescimento econômico.

Neste aspecto, o setor de serviços também possuía o papel de maior relevância para 24,6% dos municípios, seguido do setor agrícola, para 18,8% destes.

Já no período de recessão econômica, pode-se observar que as práticas de contenção de gastos e precarização dos serviços públicos atingiu em cheio mesmo os municípios que mais cresciam no país. Notadamente os demais serviços não públicos também foram afetados. O primeiro setor passou a contemplar apenas 31,7% dos municípios, enquanto o segundo, 14%. Os dados mostram que apenas metade dos municípios conseguiu sustentar índices de crescimento similares, e somente quando houve uma maior diversificação de sua economia. Nestes, o setor agrícola cresceu em onze pontos percentuais sua importância, contemplando 29,9% dos municípios. Mas também o setor de eletricidade, gás e gestão sanitária, antes praticamente sem representação, passou a contemplar 9% destes municípios, e a indústria de transformação, que cresceu sua participação neste grupo de 6,8% para 8,5%.

Tabela 5 – Municípios com maior crescimento econômico por setor econômico de relevância

Atividade econômica com maior valor adicionado bruto dos municípios com crescimento médio anual do PIB superior a 6%	2010 a 2014		2014 a 2016	
	Nº	%	Nº	%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	671	<b>40,2</b>	265	31,7
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	314	18,8	250	<b>29,9</b>
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	45	2,7	12	1,4
Construção	9	,5	3	,4
Demais serviços	411	<b>24,6</b>	117	14,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	5	,3	75	<b>9,0</b>
Indústrias de transformação	114	6,8	71	<b>8,5</b>
Indústrias extrativas	41	2,5	5	,6
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	41	2,5	29	3,5
Produção florestal, pesca e aquicultura	18	1,1	8	1,0
Total	1.669	100,0	835	100,0

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2016/IBGE.

A tabela 6 se propôs a expor a realidade inversa, as dos municípios com PIB negativo em ambos períodos. Nela pode-se observar que a preponderância dos setores de serviços públicos e privados foram mantidos como o principal motor da economia lo-

cal. Todavia, com o já mencionado arrocho no custeio e investimento público e a menor capacidade de consumo de serviços privados pela população, estes dois setores não conseguiram sustentar a economia local. E seja por falta de investimento ou



perfil municipal e geográfico da região, não houve diversificação econômica. Notadamente os setores agrícola, de energia e saneamento e o industrial, na

condição de principal propulsor econômico local, perderam participação neste momento de crise.

Tabela 6 – Municípios com maior crescimento econômico por setor econômico de relevância

Atividade econômica com maior valor adicionado bruto dos municípios com variação média anual do PIB negativa	2010 a 2014		2014 a 2016	
	Nº	%	Nº	%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	377	<b>45,0</b>	1.388	50,0
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	66	7,9	208	<b>7,5</b>
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1	0,1	19	0,7
Construção	-	-	3	,1
Demais serviços	234	<b>28,0</b>	884	31,8
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	41	4,9	13	<b>0,5</b>
Indústrias de transformação	66	7,9	139	<b>5,0</b>
Indústrias extrativas	23	2,7	27	1,0
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	21	2,5	84	3,0
Produção florestal, pesca e aquicultura	8	1,0	11	,4
Total	837	100,0	2.776	100,0

Fonte: Microdados do Produto Interno Bruto municipal de 2010 a 2016/IBGE.

As tabelas 5 e 6, em suma, demonstram que fragilizar o serviço público é atacar diretamente a economia dos municípios. Quando isto ocorre, se não houver investimento em outros setores que os substituam neste papel de dinamizador econômico, a economia municipal seguramente rui.

O setor agrícola, que também desponta com elevada importância nestes resultados positivos da economia municipal, vem se revolucionando e crescendo por meio do uso de tecnologias de ponta, inclusive. Mas isso ocorre também em uma proporção de difícil mensuração, em detrimento do meio ambiente. O aumento do desmatamento ilegal, contaminação de recursos hídricos e solo, aumento do uso de agrotóxicos e violência contra camponeses,

indígenas e outros povos, que vivem há séculos em harmonia com o meio em que vivem, demonstra uma face negativa e não sustentável do setor que hoje mais cresce no país.

A realidade, no entanto, também faz levantar a indagação sobre se é desejável qualquer crescimento a qualquer custo, sem pensar no futuro, em vez de um mais lento e ambientalmente responsável no setor. E se não é factível um melhor caminho para a atual lógica de “crescimento econômico”, investindo-se também em um setor público possuidor de potencial para dinamizar a economia nacional a partir do local, para oferecer melhores serviços e qualidade de vida à população, bem como em um setor industrial sustentável.

# COMUNICAÇÃO



*Nesta seção é analisada repercussão do 15M - movimento pela Educação que levou milhões às ruas no dia 15 de maio - tanto nas redes sociais quanto na imprensa nacional e estrangeira. Na subseção mídia internacional, um retrato do que vem sendo noticiado sobre o Brasil e o governo Bolsonaro mundo afora.*

## Protestos são destaque na imprensa e nas redes sociais

### #15M nas redes

No dia 15 de maio, o movimento Todos pela Educação tomou as ruas de diversas cidades do país. Nas redes sociais online também ocorreu um movimento intenso, marcado por características extraordinárias que ajudam a compreender a movimentação.

O trabalho de combate às fake news e “denúncias de balbúrdia” produzidas pelas redes de extrema direita foi de responsabilidade da imprensa tradicional, que, a partir de suas agências de fact checking, atuou para neutralizar inúmeras dessas publicações. Isso fez com que a rede de imprensa fosse dragada pelos agrupamentos de esquerda/progressistas consolidados, no caso o agrupamento azul do grafo.

A enorme diversidade de agrupamentos em defesa dos atos traduz o que foi o dia nas redes. Inúmeros grupos, dialogando com diversos segmentos das redes a partir de variados influenciadores temáticos. Com destaque para cartazes, frases de efeito e uma linguagem diferente da observada nos agrupamentos de esquerda. São nítidos o orgulho e o engaja-

mento de usuários não alinhados politicamente aos partidos e/ou movimentos de esquerda.

No decorrer das manifestações, os defensores de Bolsonaro encontraram uma segunda alternativa para tentar deslegitimar as manifestações: ligá-las ao movimento Lula Livre e acusar os partidos de esquerda de tentarem cooptar o movimento. A tentativa, porém, teve repercussão apenas entre os usuários da rede antipetista/direita e alguns usuários que defenderiam um movimento “apartidário”. No Facebook, as páginas SomostodosBolsonaro e Kim Kataguiiri encabeçam essa tentativa.

Fernando Haddad teve ótimo desempenho ao se posicionar como professor contrário ao corte de gastos. Muitos usuários buscavam nele um influenciador sobre o tema. Duas de suas publicações no Facebook estão entre as com maior engajamento sobre educação naquele dia, com mais de cinquenta mil interações.

No Twitter foram coletadas mais de setecentas mil ocorrências, com os defensores dos cortes na educação representando 14,05% do total. No Facebook

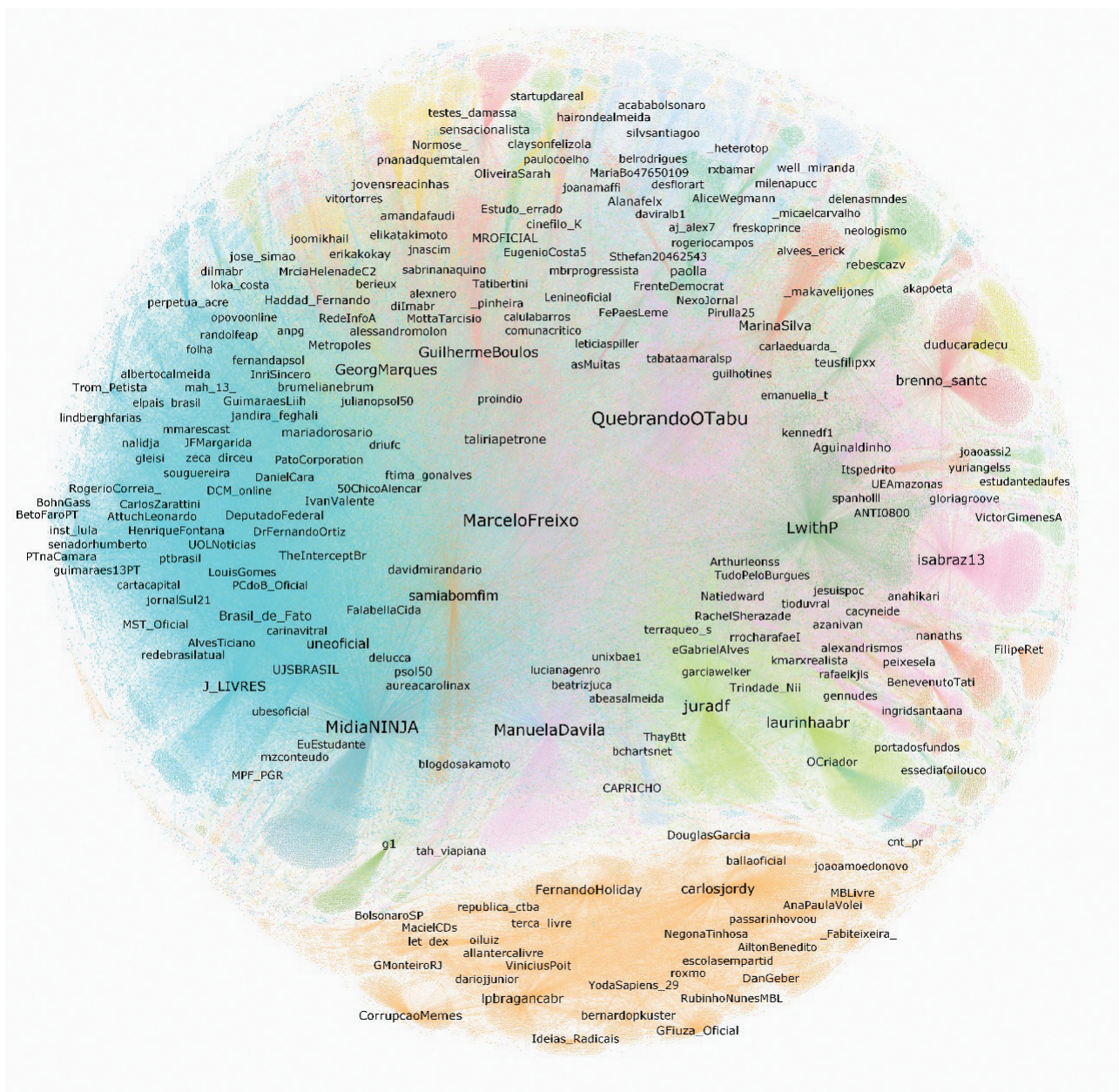


foram produzidas mais de onze mil publicações, com engajamento superior a 4,5 milhões. Comparativamente, a publicação de Gleisi Hoffmann “#Ao-vivo Ato em Curitiba em defesa da Educação. Todos juntos contra o corte de verbas do ensino público!” superou publicação de Bolsonaro sobre educação, com quase cinquenta mil interações.

Destaque também para páginas como Suricate Se-boso, com mais de 6,3 milhões de curtidas, que se posicionou contra o corte: “minha mãe sempre diz: a única oportunidade que o pobre tem na vida é estudar”. A publicação teve mais de 24 mil interações. O engajamento de páginas e perfis como esse – somado à cobertura da imprensa *mainstream* – desconstroem, quase de forma orgânica, a alternativa encontrada por usuários de extrema direita de acusar a esquerda de

cooptação do movimento.

Entre as notícias mais compartilhadas sobre o tema, destacam-se “Bolsonaro chama manifestantes pela Educação de idiotas úteis” (363 mil compartilhamentos); “Nos Estados Unidos, Bolsonaro chama manifestantes da educação de idiotas úteis” (237 mil compartilhamentos); “Protestos e paralisações contra cortes na educação ocorrem em todos os estados e no DF” (97 mil compartilhamentos); “Lula livre vira pauta de estudantes em ato pela educação” (MBL News – oitenta mil compartilhamentos); “Manifestantes protestam na Paulista contra bloqueio de recursos para a educação anunciado pelo MEC” (77 mil compartilhamentos); e “Bolsonaro chama manifestantes contra cortes na educação de idiotas úteis” (71 mil compartilhamentos).



### O Brasil na imprensa estrangeira

“Como o Brasil e a África do Sul se tornaram os países mais populistas do mundo”, foi a manchete de uma reportagem do jornal *The Guardian* no dia 1º de maio. O artigo publica o resultado de uma pesquisa realizada pela internet pelo YouGov-Cambridge Globalism Project. A pesquisa aponta que mais de dois entre cada cinco brasileiros podem ser classificados como populistas firmes. A sondagem foi realizada em uma parceria entre o grupo YouGov, a Universidade de Cambridge e o jornal *The Guardian*.

O resultado é assustador e pode ser questionável, afinal, trata-se de um questionário aplicado online. No entanto, o fato é que um dos maiores jornais da Inglaterra publicou tal notícia sobre o Brasil. O conceito de populismo utilizado pela pesquisa entende que se trata-se de uma ideologia na qual os indivíduos enxergam “o povo puro” versus “uma elite corrupta”. O motivo para a força dessa forma de pensar no Brasil seriam os casos de corrupção que teriam acabado completamente com qualquer tipo de confiança nos políticos.

De acordo com a reportagem, esse sentimento foi o que levou Jair Bolsonaro a ser eleito presidente. O que o artigo do jornal não aborda é o peso que teve o sensacionalismo da imprensa com relação à Operação Lava Jato e casos de corrupção que vieram a público nos últimos anos.

Diferente do período eleitoral, as reportagens já não mencionam mais que o Brasil esteja sofrendo com uma polarização política. O que mais parece chamar a atenção dos veículos estrangeiros é a perseguição cultural e ideológica promovida pelo atual governo. O chamado “marxismo cultural” que tanto é criticado por Bolsonaro e uma parcela de seus ministros foi citado por jornais da Inglaterra, França, Espanha e Rússia. Os textos contam como o Estado brasileiro vem operando de maneira maniqueísta, tentando propagar a ideia de que está inserido em uma luta do bem contra o mal, na qual a esquerda e tudo o que os últimos governos fizeram são o “mal”.

Um bom exemplo é a política ambiental. O ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles é um dos que sempre tenta desqualificar os trabalhos de gover-

nos anteriores e diz estar trabalhando contra algo perverso que trava a ação dos cidadãos de bem. O jornal *Le Monde* afirma que o ministro tem utilizado essa retórica para desfazer tudo o que já foi feito. A manchete utilizada na reportagem afirma que está sendo implementada uma política de destruição do meio ambiente. A questão ambiental brasileira costuma ser tratada pelo jornal com frequência. No mês de maio o *Le Monde* ainda publicou um manifesto assinado por catorze representantes de povos indígenas que denuncia a premissa de um apocalipse para as tribos. Outro texto, esse assinado por ex-ministros do Meio Ambiente, anuncia que a governança social e ambiental está sendo desmantelada. O tema também foi tratado no *New York Times* em um artigo publicado pelo jornalista Heriberto Araújo, em que ele pede para que a Amazônia seja protegida das ações do governo Bolsonaro.

O maniqueísmo que constitui o discurso bolsonarista aparece em outras reportagens publicadas ao redor do mundo. O *Russian Times*, por exemplo, mostrou algumas reações à fala da ministra Damares sobre uma princesa de um filme da Disney que, na visão dela, seria lésbica. O texto parte de uma crítica feita pelo jornalista Glenn Greenwald. Outro exemplo é o desejo de acabar com cursos de Sociologia e Filosofia em universidades públicas. O *Le Monde* e o espanhol *El Mundo* dizem que há uma cruzada contra as duas áreas e contra a universidade pública em geral. O jornal francês ainda publicou um manifesto assinado por 1.400 pesquisadores, entre eles Judith Butler, Eric Fassin, David Paternotte e Achille Mbembe que criticam os cortes nos investimentos em pesquisa.

A greve nacional da educação foi amplamente noticiada. Primeiro, pelo tamanho dos protestos, e, segundo, porque já havia ocorrido a mencionada manifestação de intelectuais. Os jornais afirmaram que milhões foram às ruas contra o governo e sua política para a Educação e deram muito mais espaço para que manifestantes e intelectuais se pronunciassem do que a imprensa comercial brasileira. Todas as reportagens mencionaram a reação de Bolsonaro que chamou os manifestantes de “idiotas úteis”.

Nas reportagens fica claro que existem perspecti-



vas diferentes sobre a política de Bolsonaro e que o presidente tem um discurso estranho por dizer sempre que está combatendo ideologias e o “marxismo cultural”. Porém, os jornais de outros países não têm ouvido estrangeiros que são especialistas em história, cultura e política brasileiras. Essas perspectivas foram fundamentais, por exemplo, para que a imprensa internacional passasse a enxergar o impeachment como um processo controverso e recheado de interesses políticos.

Por outro lado, as opiniões e as reflexões do ex-presidente Lula, reconhecido pelos jornais estrangeiros como a maior liderança viva da esquerda latino americana, começam a atravessar as fronteiras brasileiras. Lula já foi entrevistado pela inglesa BBC, pelo jornalista estadunidense Glenn Greenwald que é comentarista em emissoras de TV dos EUA, tem versão em inglês do seu site, o *The Intercept*, e tem influência internacionalmente, além da revista alemã *Der Spiegel*. Vivemos um período de imediatismo extremo no Brasil, mas a propagação de ideais como os que Lula expõe pode ser algo frutífero, principalmente, se for comparado ao discurso e prática de Jair Bolsonaro.

Por fim, vale mencionar um artigo publicado na revista *The Economist* sobre o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. O texto aponta o descaso brasileiro para com a sua própria história, principalmente, quando trata-se de alguma parte dela que seja dolorosa. Nesse contexto, é importante recordar um artigo publicado no *Le Monde* em 2006 sobre o Brasil, de autoria de um historiador francês. Ele afirmou que o Brasil tinha pela frente toda a sua história. O fato é que continuamos nessa mesma condição.

### Grandes grupos intensificam críticas ao governo

Ao observar os editoriais publicados pelos grandes jornais da imprensa comercial a respeito do governo federal, é fácil constatar que houve uma elevação do tom crítico a respeito da incapacidade de Bolsonaro de se relacionar com o Congresso e aprovar a reforma da Previdência em curto prazo, como era esperado. Ainda mais críticos foram os editoriais que trataram da crise na educação e as reações do presidente, com usuais frases de efeito que refletem sua incapacidade de oferecer respos-

tas à opinião pública e reforçam a busca por confrontos e polêmicas, as marcas de Bolsonaro desde a campanha eleitoral.

Em 17 de maio, *O Globo* publicou “Não se governa por meio de confrontos”, no qual critica Bolsonaro por continuar a se portar como se fosse candidato em vez de assumir de fato o papel de líder do governo. “Fala sobre temas sensíveis sem conhecê-los, não mede palavras e, já com cinco meses de mandato, faz questão de atropelar a chamada liturgia do cargo - um comportamento autodestrutivo muito eficaz para criar mais problemas ao seu governo do que a própria oposição”. O texto menciona o episódio no qual o ministro Abraham Weintraub fez um ataque de fundo ideológico a quatro universidades federais, recuando logo em seguida para contingenciar recursos de todo o Ensino Superior.

O *Estadão* publicou em 21 de maio um editorial intitulado “Balbúrdia na educação”, que ironiza a justificativa do ministro da pasta ao perseguir as quatro universidades federais com corte de verbas. No texto, o editorialista critica as três demissões consecutivas de presidentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apenas neste ano e afirma que “se há balbúrdia na área de ensino, ela está sendo causada não por professores e estudantes, mas pela inépcia administrativa e incompetência política dos dirigentes indicados pelo presidente”.

Em outro texto, “De novo à beira da recessão”, publicado em 15 de maio, o alvo da crítica do *Estadão* é o fiasco do primeiro ano do governo Bolsonaro. “A recuperação econômica foi interrompida, a produção de bens e serviços pode ter encolhido no primeiro trimestre e o futuro continua ameaçado”. O texto defende a reforma da Previdência como saída para todos os males.

No editorial publicado pela *Folha de S.Paulo* no dia 19, “Risco de desgoverno”, a dificuldade de Bolsonaro em relacionar-se com o Congresso é apontada como causa para a perda de confiança da sociedade. “Os projetos legislativos mais importantes do governo, o pacote anticrime e a reforma da Previdência, têm tramitação dificultosa. O mandatário, crítico destrutivo do sistema político, nada colocou no lugar além de abstrações vazias.”

# MOVIMENTOS SOCIAIS



*As recentes mobilizações convocadas pelos estudantes e abraçadas por amplos setores da sociedade preparam o caminho para a pretendida Greve Geral de 14 de junho. Mas, desde já, a organização desses movimentos mostra a construção de uma unidade até então inédita.*

## Maio: tsunami de vida no cenário político

As mobilizações dos dias 15 e 30 de maio foram um sopro de vida no cenário político brasileiro: alegria, atitude, responsabilidade, vigor, sonhos de futuro, solidariedade, destemor.

Contraste absoluto com o que se viu no intervalo entre elas, quando apoiadores do governo foram às ruas, dia 26, destilando mau humor corrosivo e uma quase inacreditável raiva de si mesmos, demonstrada na defesa da proposta de reforma da Previdência e do fim do regime democrático, por exemplo.

Já no nome Tsunami da Educação, adotado informalmente nas redes sociais no calor das manifestações, o 15 de maio sintetizou o espírito que o movia. Fez troça do presidente, que dias antes havia ameaçado o país com a vaga previsão de um tsunami e, de quebra, deixou de lado o tom oficioso embutido no nome de origem, Dia Nacional de Luta Pela Educação. Sintoma de uma mobilização que surgiu de fato das bases.

Sem alarde, os estudantes foram construindo essas mobilizações desde que a eleição de Bolsonaro deixou evidente que as tradicionais disputas entre

as esquerdas haviam perdido relevância frente ao descalabro que viria.

A gestação do movimento se deu nas universidades públicas federais e estaduais. Assim que veio a público a proposta de realizar um dia de paralisações nos campi e de protesto nas ruas, bastou uma quinzena para que a mobilização se esparramasse para outros setores de atividade e recebesse adesão entusiasmada de professores, pais e outros movimentos sociais.

Às vésperas de sua realização, o #15M (outro nome fantasia que ganhou) foi saudado, em documentos públicos, por trabalhadores, professores e pais de alunos do setor privado do ensino médio. A classe média, definitivamente, embarcara naquilo que se tornaria o maior protesto contra o governo até então.

Nas ruas – e nas capas dos jornais de todo o Brasil no dia seguinte –, o que se viu foram multidões que não ostentavam símbolos partidários. Não foram identificadas nem frequentaram a mídia lideranças do movimento. Na superfície, as manifestações do dia 15 de maio se assemelhavam ao que se chama

“mobilização horizontal” e fizeram lembrar, ligeiramente, as jornadas de junho de 2013.

A semelhança se encerra aí. As mobilizações não perderam em momento algum contato com a pauta original, em defesa da educação e contra os cortes de verbas e ataques ideológicos cometidos pelo governo sobre o setor. Os acréscimos foram todos à esquerda: contra a reforma da Previdência, contra a violência policial e a intolerância em todas as suas formas.

A mobilização dos estudantes e trabalhadores do ensino teve longo e cuidadoso preparo, com participação decisiva de entidades sindicais e até mesmo de partidos políticos, como o PT, ativo na disputa eleitoral de DCE's (Diretório Central dos Estudantes) pelo país. A mobilização uniu tendências que até pouco tempo antes se engalfinhavam no ambiente universitário em infindáveis debates. CUT, CTB, Conlutas e Intersindical fecharam questão em torno do inimigo comum.

O golpe de 2016 criou o denominador comum, relata Raquel Dias Araújo, primeira-tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), entidade filiada à Conlutas. “Houve uma mudança política significativa a partir do impeachment da Dilma e da entrada de um governo ilegítimo”, conta. “Todo um cenário conservador que culminou, em 2018, com a eleição de Bolsonaro. Essa mudança na luta de classes explica em larga medida as unidades que estão sendo construídas no movimento sindical, de uma maneira geral, e no campo da educação mais especificamente”, explica Raquel, professora de Política Educacional na Universidade Estadual do Ceará. “É uma unidade conjuntural diante de um governo que adotou a educação como alvo preferencial de ataque”, diz.

Nessa trajetória, as entidades sindicais que atuam no setor passaram a se reunir periodicamente, movidas por ameaças como a PEC 95, que congelou investimentos públicos por 20 anos, pelo estímulo à perseguição ideológica representado pelo Escola Sem Partido e pronunciamentos ministeriais que desqualificavam o ensino público. A gota d'água foi o corte de verbas anunciado no 1º de maio deste ano pelo ministro da Educação.

Um marco dessa unidade política foi a criação, em

2016, do Fórum Nacional Popular da Educação, hoje composto por 35 entidades sindicais. Esse fórum representou uma resposta ao então governo Temer que, por uma manobra, esvaziou o Fórum Nacional da Educação, que havia sido reconhecido como interlocutor oficial do segmento logo após o encerramento da Conferência Nacional da Educação, na elaboração do Plano Nacional da Educação pelo então ministro Fernando Haddad. Em 2016, Mendonça Filho, que ocupava a pasta, editou nova portaria que retirou do Fórum diversas entidades do campo popular.

Entidades, entre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), filiada à CUT, que representa trabalhadores e professores da rede pública de ensino infantil, fundamental e médio, decidiram então fundar um novo espaço de representação, o Fórum Nacional Popular da Educação.

Como um polo aglutinador, o fórum teve papel decisivo na organização das mobilizações de maio. A CNTE não só apoiou como participou das mobilizações. O presidente da confederação, o professor pernambucano Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, saúda a unidade inédita em torno dessas mobilizações, que inclui a chegada do Andes. Embora a entidade não tenha aderido ao fórum, é signatária das convocatórias das mobilizações.

Entre os estudantes das universidades federais e estaduais, o trabalho político não arrefeceu, a despeito do discurso antipolítico que se pretende dominante. Tampouco o debate se afastou totalmente da esfera partidária, como queriam os baluartes das mobilizações de 2013. A importância das disputas eleitorais pelos diretórios não foi desprezada.

“Interessante perguntar sobre a conquista do DCE para analisar uma experiência de direção política, pois ela foi possível, em larga medida, justamente pela organização da força petista na USP. Me explico: muito embora a unidade no DCE reflita a organização da Frente Brasil Popular, parte fundamental dela é organizada ao redor do petismo na universidade, que até o surgimento de nosso núcleo unitário, o Balaio, era algo impensável”, conta Matias Cardomingo, que, além de integrante eleito do DCE Livre da USP Alexandre Vanucchi Leme, é coordenador da Associação dos Pós-Graduandos da universidade.



“A experiência de unificar o PT no movimento estudantil acabou até mesmo reverberando nacionalmente, pois era uma novidade unificar a direção política responsável por guiar o campo do petismo. Foi justamente dessa canalização que originou nossa força” diz, ao lembrar a volta do PT ao DCE da USP após um hiato de dez anos, com a vitória da chapa Nossa Voz, em 2017.

Para ilustrar as sensações difusas que ainda rondam militantes à sombra das jornadas de 2013, Matias, que é estudante de Economia, conta: “Como anedota é interessante registrar que no ato do dia 15 dois meninos vieram me pedir para abaixar a bandeira do PT: ‘Estamos em um ato apartidário pela educação’, disseram. Eu só pude responder que eles não haviam vivido 2013 para entender que a negação dos partidos de então, manifesta nos gritos de ‘meu partido é meu país’, havia aberto a porta para parte relevante da antipolítica expressada pelo Bolsonarismo. Não aprender com a história é sempre um erro. Com a história tão recente, não é nem uma opção”, relata.

“A USP passou por um processo oposto ao da conjuntura nacional, pois conforme o petismo cresceu e se consolidou na universidade, a direita se desarticulou. Isso porque seu maior representante era a chapa USPInova, que participou de alguns processos eleitorais com o mesmo nome e cresceu seu capital político. Contudo, conforme a polarização nacional aumentava, era preciso que a representação do campo conservador também se radicalizasse e esse setor não estava disposto a isso. Soma-se a esse fator que nossa organização contou com o avanço da esquerda (ou ao menos de um campo progressista) em todas as principais unidades daquele que era o campo conservador. Basta notar que hoje as quatro mais lembradas - Medicina, Direito, Poli e, principalmente, a Faculdade de Economia e Administração (FEA) são dirigidas pela esquerda”, finaliza Matias.

A vitória na USP, na opinião do dirigente, teve papel irradiador no restante do Brasil. Outra rodada de debate político entre os estudantes se aproxima. Na primeira semana de julho acontece o 57º Congresso Nacional da UNE. O processo de escolha de delegados começou em abril e está ocorrendo de

acordo com os calendários de cada universidade.

A UNE, por sua vez, organizou assembleias por todo o Brasil nos dias que antecederam as mobilizações de 15 e 30 de maio. As mobilizações do dia 30, por sinal, foram convocadas pela UNE no calor das passeatas do dia 15. A presidenta Mariana Dias, com a mesma verve com que enfrentaria o ministro da Educação durante audiência na Câmara dos Deputados, no dia 22, concedeu entrevistas em que anunciava a segunda rodada de mobilização. As demais entidades do Fórum Nacional Popular da Educação endossaram a iniciativa.

A aposta de todas as lideranças entrevistadas para o Boletim de Análise de Conjuntura era a de que o dia 30 de maio seria ainda maior do que o dia 15 (as mobilizações ocorreram após o fechamento desta edição). Outra aposta, esta em aberto, é que as duas manifestações pavimentam o caminho para a Greve Geral marcada para o dia 14 de junho, que tem como principal bandeira a luta contra o desmonte da Previdência proposto pelo governo.

“A defesa da educação e da universidade pública unificou todos nós, porque ficou claro que nossa sobrevivência está em jogo”, explica Marcos Otávio de Oliveira Santos, representante da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) na Universidade Federal de Lavras (MG). “Mas nossa prioridade é também lutar contra a reforma previdenciária. A destruição da Previdência é um tema muito mais impactante que os cortes na educação. Até porque, para reverter depois, a correlação de forças teria de se alterar de forma muito brusca nos quatro anos seguintes, o que a gente não imagina que vá acontecer”, diz o dirigente cutista da Fasubra, entidade atualmente não filiada a uma central sindical.

A julgar pela criação do Fórum dos Partidos de Oposição (PT, PSOL, PSB, PDT e PCdoB), cujo um dos objetivos expressos é a aproximação com os movimentos sociais e a adoção de agenda comum, é possível imaginar que as direções partidárias estão atentas aos movimentos iniciados no meio estudantil.

A presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, garante que sim. “O Fórum dos Partidos de Oposição definiu uma agenda de contatos com movimentos sociais,



centrais sindicais e entidades da sociedade civil para discutir a defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos ameaçados pelo atual governo. O que inclui também uma organização para o ato contra os cortes na educação, marcado para o dia 30, e para a Greve Geral”.

Ao comentar a ausência ostensiva de bandeiras e faixas partidárias nas mobilizações recentes, ela afirma que isso não significou falta de atuação, mas um modo diferente de fazê-lo. Ela destaca a atuação parlamentar. “Como parte desse enfren-

tamento, o PT e as demais legendas de oposição protestaram também obstruindo as votações no plenário da Câmara dos Deputados e denunciando o desmonte da educação brasileira promovido pelo governo Bolsonaro”, afirma.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, acredita que a Greve Geral vai fazer jus ao nome. Ele lembra qual o principal indicador de sucesso de uma paralisação como essa: “As ruas das grandes e médias cidades vazias, como ocorreu em 28 de abril de 2017”.

# PERIFERIAS



*As eleições aos governos estaduais e presidencial de 2018 tiveram um componente presente de modo perene durante todo o processo: a temática da segurança pública. Pudera, a forte demanda social se estabeleceu não somente por uma sensação de insegurança, mas das vivências cotidianas da população no contexto da violência urbana.*

Foto: Paulo Pinto

## Bolsonaro e a violência como política pública

Cada vez com maior frequência e qualidade, temos visto a disponibilização de dados sobre violência seja produzidos por órgãos públicos, seja por entidades e instituições de direitos humanos. Os indicadores sociais apresentados sobre violência, se não comprovam, nos dão a dimensão e a compreensão para tamanha demanda diante dessa problemática.

A candidatura de Jair Bolsonaro se autodenominava a que mais dava importância e respostas para a violência endêmica do país. Contudo, o debate por parte deste setor apresentou-se com “soluções” baseadas em uma agenda que colocava a violência como política pública. Isso se comprova não apenas com declarações públicas do, agora, presidente, mas com uma série de propostas já apresentadas no primeiro trimestre de governo, como por exemplo: a flexibilização do Estatuto do Desarmamento; o pacote “anticrime”, que apresenta uma série de mudanças nas leis penais, como a excludente de ilicitude sendo a mais gritante delas; e a maior presença de um discurso truculento sob uma suposta veste de ordem.

Esta reflexão se estabelece nos questionamentos

sobre se o conjunto das falas do presidente Jair Bolsonaro tem exercido influência sobre os agentes de segurança pública e privada – sabendo-se que muitas vezes são os mesmos agentes – no sentido de encorajá-los a cometer abusos de violência, inclusive para matar.

As periferias, movimentos sociais negros e feministas constroem historicamente lutas e formulações acerca da violência brasileira e, notadamente, no último período, com mais vigor no que se conhece como políticas de segurança pública. Neste sentido, esta é uma agenda premente e emergente entre os ativismos periféricos.

Uma das pesquisas do projeto Reconexão Periferias se realiza no âmbito da consultoria de Cultura, o “Mapeamento de Movimentos e Coletivos de Periferias”. Em um diagnóstico preliminar, constatou-se que os coletivos se declaram organizados do seguinte modo: 48,44% na área de cultura; 28,52% na área de trabalho; e 23,05% na área de violência. Um dado interessante é o de que, nas áreas de trabalho e violência, há uma inversão de gênero entre os respondentes do questionário,

sendo 53,25% de mulheres ante 46,75% de homens, na área de trabalho; e 65,75% de mulheres ante 28,77% na área de violência. Contudo, é possível observar que, em muitas ocasiões, a agenda de violência está subentendida pelos agenciamentos sob a cultura e o trabalho. E 60% dos coletivos apresentaram que sentem maior cerceamento em relação ao machismo; 55% em relação ao racismo; 45% em relação a LGBTfobia; e 40% em relação a repressão policial.

As categorias foram destrinchadas pelo entendimento da diversidade das pautas que mobilizam esses ativismos. Mas não é preciso ir muito longe para perceber que todas elas passam pela agenda das violências, sejam simbólicas ou físicas. Neste sentido, debater enfrentamentos às violências, desembocando em uma agenda de políticas de segurança pública, aparece como traço importante nas mobilizações periféricas.

Conforme revelam dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgados pelo portal G1, os homicídios sofreram queda nos últimos quinze meses em pelo menos vinte estados e no Distrito Federal. O estado que apresentou melhor resultado foi o Ceará, com uma queda de 56% - foram 545 mortes, no primeiro trimestre de 2019, ante 1267, no mesmo período em 2018. Contrariamente ao cenário nacional, que já vinha apresentando quedas desde 2017, as mortes cometidas por agentes do estado aumentaram.

Em outras duas pesquisas realizadas no âmbito do projeto Reconexão Periferias, que serão lançadas em breve, “Desigualdade de raça na vitimização de jovens por homicídios e feminicídios no Brasil” e “Chacinas e politização das mortes no Brasil”, há o apontamento de que estes dados são difíceis de coletar, seja pelas limitações e dificuldades para obter indicadores da morte por homicídio e feminicídio, seja pela ausência de um Sistema Nacional de Registros Policiais, que disponibilizem, pelos critérios da transparência e interesse públicos, informações coletadas; como também pela prática da inexistência de inquérito sobre tais ocorrências, sendo atividades que ocorrem às margens da lei e efetuadas por agentes da lei.

No Ceará, estado supracitado, em janeiro de 2019 a

polícia matou uma pessoa a cada dois dias. No estado de São Paulo, segundo balanço preliminar divulgado pela ouvidoria das polícias, o aumento das mortes decorrentes de confronto com policiais foi de 5% no comparativo entre os primeiros trimestres de 2018 e 2019. Contudo, quando analisa-se apenas o mês de março, o aumento foi de 50% no comparativo entre 2018 e 2019.

No Rio de Janeiro, o aumento é contínuo e intenso. A polícia matou 305 pessoas em janeiro e fevereiro de 2019, alcançado a maior marca histórica desde 1998. Em dois anos, houve um aumento de 67% nas pessoas mortas por policiais no estado.

A situação não se limita a alguns estados. Segundo o projeto Monitor da Violência - parceria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Portal G1 - em cinco anos, de 2014 a 2018, houve um aumento de 100% de pessoas mortas por policiais. Foram 6.160 pessoas mortas por policiais em 2018, 17 por dia. Isso não significa dizer que policiais também não sejam atingidos e mortos em confrontos. Foram 307 em 2018, sendo a maioria, 232, fora do horário de serviço. Contudo, neste mesmo ano, apresentou-se queda de 18% das mortes de policiais.

O que os dados mostram é que um discurso impulsionador da violência tem impactos diretos na ação de agentes do Estado nos territórios. A violência como saída política e incentivada institucionalmente vem sob um discurso permeado por ações diretas que potencializam e aprofundam a já conhecida guerra às drogas.

Esta narrativa toma corpo com o pacote de leis apresentado pelo ministro Sérgio Moro, o chamado pacote “anticrime”, que prevê alterações e endurecimento do código penal em uma falaciosa tentativa de combater crimes violentos e o crime organizado. É o Estado institucionalizando o discurso da violência e, como aponta a cientista social Jacqueline Muniz (1), sendo o “administrador de uma política de morte”.

Policiais, então, sentem-se de fato em uma guerra na qual morre quem não matar primeiro. E esta ação não está descolada, de modo algum, de uma economia que gera lucro ao capital especulativo, a indústria das armas, bem como a toda uma cadeia

que se alimenta e lucra com a mau funcionamento do sistema penitenciário. E, da lógica subjacente, e norteadora ideológica deste projeto, que é do aprofundamento da militarização de territórios periféricos e da política de extermínio.

A proposta de mudança do artigo 23 do Código Penal é a que chama mais atenção, o excludente de ilicitude. Segundo a proposta, o direito a legítima defesa passará a ser o direito de matar. Além das mudanças propostas para crimes de resistência, etc. Ao estabelecer que um policial pode argumentar a legítima defesa por “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”, fica impossível não se perguntar: quem provoca medo na sociedade? Quais são os inimigos que merecem tratamento punitivo

no Estado penal? Se, como afirma, Loïc Wacquant (2), o Estado penal não existe para combater a criminalidade, o que se observa é um acirramento de uma política penal atuante na categorização por hierarquias e controle.

Por fim, fica evidente, pelos dados e pelo discurso, que haverá grandes turbulências. O discurso da violência como solução final não necessariamente terá resultados inversos, já que o que se intenta é, sim, acirrar uma política de morte, visando lucro de determinados setores. É preciso prestar atenção à disputa narrativa, de sentido de história e de verdade que se apresenta porque suas consequências podem ser devastadoras.

### Citações:

1. Jacqueline Muniz em entrevista para a Ponte Jornalismo: <https://ponte.org/com-witzel-e-volta-de-bravatas-policia-e-responsavel-por-1-a-cada-3-mortes-no-rj/>
2. Loïc Wacquant. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Revan: 2007







F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

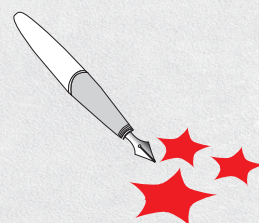
## EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); William Nozaki (cientista social); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Jordana Dias Pereira, Matheus Toledo, Paulo C. Ramos e Vilma Bokany (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais) e Eduardo Tadeu Pereira (historiador). Colaborou com esta edição Juliana Borges. Revisão: Isaías Dalle. Foto capa: Sérgio Silva. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 28 de maio de 2019.





# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)